

## Fase emergencial torna urgente apoio às empresas, diz FecomercioSP

A prorrogação da fase emergencial do plano de controle da pandemia em São Paulo não chegou a ser uma surpresa para os setores de comércio e serviços diante dos níveis elevados de ocupação de hospitais e da aceleração nas mortes causadas pela Covid-19. Para enfrentar o período, entidades empresariais cobram do governo medidas de apoio.

Para o assessor econômico da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo), Fabio Pina, a manutenção das restrições torna mais urgente a necessidade de amparo às empresas, que não conseguirão resistir a um novo “inverno rigoroso”.

“Não temos competência para discutir o aspecto sanitário da medida, mas sabemos que as empresas estão muito mal e não é um problema de mercado. Elas não pararam porque quiseram. É interesse do Estado manter o tecido econômico minimamente operacional”, afirma.

Pina diz que hoje o setor de comércio e serviços vive um tipo de colapso em cascata, que exige ações de apoio em todos os níveis da administração pública. “Falta dinheiro para o IPTU, que é municipal, para IPVA, que é o estado, para Imposto de Renda e outros impostos federais, para fornecedores, alugueiros, salários. É uma rede”.

A missão do momento é encontrar caminhos para a sobrevivência dos negócios,

diz o presidente da Abrasel-SP (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em São Paulo), Percival Maricato.

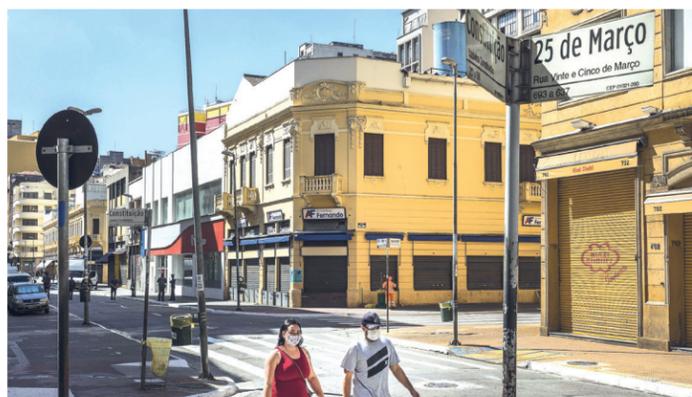
“Achávamos que 30 dias seriam suficientes para [a fase vermelha] ter resultado, mas o fato é que continua muito grave, a coisa toda extrapolou a capacidade dos hospitais”, afirma.

Na quinta (25), chefs de restaurantes e bares, muitos deles proprietários dos estabelecimentos, e outros profissionais do setor iniciaram uma mobilização nas redes sociais para cobrar o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a reedição do programa que permitiu às empresas a suspensão de contratos e a redução de salários e jornadas.

Fernanda Brigatti/Folhapress



## Economia



**Piora na pandemia começa a atingir comércio e serviços**

Página - 03

**Investimento estrangeiro direto em fevereiro é o maior para o mês desde 2011, diz BC**

Página - 03



**Real tem pior semana desde junho de 2020 e dólar vai a R\$ 5,74**

Página - 09

**Juros zeram queda com piora do câmbio; curtos sobem e longos ficam estáveis**

Página - 06

## Investimentos

**Bolsa de Valores brasileira seguirá aberta durante feriado antecipado em SP**

Página - 04

**GameStop anuncia resultado após ação subir 900%. Saiba o que esperar**

Página - 04



## No Mundo

### Porta-contêineres gigante continua encalhado no Canal de Suez



O porta-contêineres gigante da Evergreen continua encalhado no Canal de Suez, bloqueando uma via fundamental por onde passam cerca de 12% de todo o comércio mundial. A suspensão do tráfego pelo canal, que liga a Europa à Ásia já provocou a subida dos custos de transporte e o desvio de vários petroleiros. Os trabalhos de remoção poderão demorar vários dias ou até semanas, estimam os especialistas.

A via marítima histórica liga vários continentes desde o século 19 e é essencial para o transporte de petróleo procedente do Médio Oriente. O petroleiro é do tamanho de

um arranha-céu ou de quatro campos de futebol, com cerca de 400 metros de comprimento, 59 de largura, 219 toneladas e capacidade para transportar 20 mil contêineres.

As autoridades egípcias já reabriram uma passagem antiga do canal para desviar algumas embarcações, mas o desbloqueio da via principal poderá levar dias ou até semanas.

Este é um bloqueio sem precedentes nos últimos anos em uma das principais artérias econômicas do mundo, por onde passa cerca de 12% do comércio global.

Pelo menos 150 navios que tentavam fazer a travessia entre a Ásia e a Europa es-

tão impedidos de circular. Os navios transportam desde petróleo a cimento, peças de automóveis, bens de consumo, como roupas e móveis. Pelo menos 30 petroleiros estão em ambos os lados do canal.

Ainda não se sabe ao certo o que provocou o incidente, mas o navio ficou encalhado depois de uma tempestade de areia na última terça-feira (23), com ventos fortes (rajadas de 30 nós, cerca de 56 quilômetros por hora) e pouca visibilidade. Mas não há explicação de como encalhou, dado o enorme peso da embarcação, preparada para suportar rajadas de vento muito superiores.

### Argentina rejeita redução da tarifa externa comum do Mercosul

O presidente argentino Alberto Fernández abriu o encontro do Mercosul na manhã desta sexta-feira (26) reforçando a “dificuldade de governar” dos países do bloco por conta da pandemia e seus efeitos na economia.

Com relação à flexibilização da TEC (Tarifa Externa Comum), uma demanda do Brasil, o mandatário disse: “não acreditamos que a redução da tarifa externa comum seja o instrumento para resolver os nossos problemas”.

O presidente argentino afirma que a proposta do país é que a redução aconteça “por meio de uma revisão racional e pragmática, com maior objetividade e com a preocupação para a geração de empregos”. “O sentido de nossa integração é cons-

truir uma agenda comum.”

De modo digital, Fernández falou desde o salão do museu do Bicentenário, anexo à Casa Rosada. A seu lado estavam o chefe de gabinete, Santiago Cafiero, e o chanceler Felipe Solá. Diante dele, em telas diferentes, os demais mandatários.

Fernández também fez um balanço positivo do aniversário de 30 anos do bloco, nesta sexta, período “em que caminhamos desde a rivalidade até a cooperação”.

O encontro comemorativo dos 30 anos do Mercosul conta com a presença dos presidentes Alberto Fernández (Argentina), Jair Bolsonaro (Brasil), Luis Lacalle Pou (Uruguai), Mario Abdo Benítez (Paraguai), Luis Arce (Bolívia) e Sebastián Piñera (Chile).  
Sylvia Colombo/Folhapress



### Bloco chega aos 30 anos com discussões sobre flexibilização



O Mercosul (Mercado Comum do Sul) completa 30 anos nesta sexta (26) sem ainda ter se tornado de fato um mercado comum, como previa o tratado assinado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai no início do governo de Fernando Collor (1990-1992).

Também não conseguiu promover a integração de políticas econômicas previstas no Tratado de Assunção de 1991, o que se torna cada vez mais difícil ante as recorrentes crises financeiras de seus membros e às diferenças de visão nessa área dos

presidentes que governaram cada uma dessas nações.

O saldo, no entanto, é positivo em termos de integração internacional dos países do bloco, na visão de especialistas que atuam na área ou participaram das negociações ao longo dessas décadas.

Há ainda as questões ligadas diretamente à vida dos cidadãos desses países, que possuem regras especiais de circulação, residência, reconhecimento de diplomas e benefícios sociais.

Rubens Barbosa, que comandou por parte do Brasil a implementação do bloco, afirma ainda que o Mercosul

representou uma virada na visão do empresariado brasileiro em relação à importância de envolver o setor privado nas negociações comerciais.

“O Mercosul também criou um mercado importante para os produtos industrializados brasileiros. Se não tivesse Mercosul, o Brasil não venderia automóveis nem para a Argentina, porque o custo Brasil impede a negociação com o resto do mundo”, afirma Barbosa, que também é presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Piora na pandemia começa a atingir comércio e serviços



O agravamento da pandemia já se reflete em dados preliminares sobre o desempenho dos setores de comércio e serviços no mês de março e reforça a expectativa de uma piora na economia no primeiro trimestre do ano. Entre os indicadores que mostram essa tendência, está o índice de vendas no varejo da Getnet, que registra queda de 5,6% na comparação mensal e de 17,8% em relação ao mesmo período de 2020, segundo dados da primeira quinzena do mês corrente. É o maior recuo anual desde os 22,5% registrados em abril do ano passado.

Se for considerado o conceito de varejo ampliado, que

inclui vendas de material de construção e de veículos, as quedas são menores, de 3,4% e 8,9%, respectivamente. Ainda assim, significativas, segundo o economista do Santander Lucas Maynard, um dos responsáveis pela elaboração do índice com vendas presenciais, no delivery e no comércio eletrônico.

Desde o último trimestre de 2020, esses setores vêm perdendo fôlego, por fatores como a retirada de estímulos como o auxílio emergencial e o recrudescimento da pandemia, que em março resultou em restrições às atividades e colapso do sistema de saúde.

“A gente tem uma prévia de serviços que aponta

na mesma direção do varejo. Essa quinzena já foi contaminada pela primeira semana de ‘lockdown’ em São Paulo”, afirma o economista do Santander.

Segundo Maynard, o indicador tem um peso maior das atividades na economia paulista do que os dados para varejo divulgados pelo IBGE, por isso ele espera uma queda menor no nível nacional, que não chegaria aos piores patamares de 2020. Ainda assim o dado deve mostrar recuo significativo e seguir a tendência de piora que vem sendo verificada desde a redução do valor do auxílio emergencial, no último trimestre de 2020.

Eduardo Cucolo/Folhapress

## Investimento estrangeiro direto em fevereiro é o maior para o mês desde 2011, diz BC



Os investimentos diretos de estrangeiros no país somaram US\$ 9 bilhões em fevereiro, mês anterior ao endurecimento de medidas de restrição diante do agravamento da pandemia de Covid-19. O valor é o maior para o mês desde 2011.

Os dados foram divulgados pelo BC (Banco Central) nesta sexta-feira (26). O volume é cinco vezes o registrado em janeiro, de US\$ 1,8 bilhão e está acima da estimativa da autoridade monetária, que era de US\$ 6,5 bilhões.

A modalidade, no entanto, ainda não recuperou os patamares observados antes da pandemia no acumulado dos 12 meses porque esse tipo de

## Confiança dos empresários da indústria cai pelo terceiro mês, diz FGV

O Índice de Confiança da Indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 3,7 pontos de fevereiro para março. É a terceira queda consecutiva do indicador, que atingiu 104,2 pontos em uma escala de zero (menos confiante) a 200 pontos (mais confiante), o menor nível desde agosto de 2020 (98,7 pontos).

Empresários de 11 dos 19 segmentos industriais brasileiros manifestaram queda na confiança.

O Índice de Situação Atual, que mede a percepção do empresariado sobre o presente, caiu 3,5 pontos e chegou a 111,4 pontos. Já o Índice de Expectativas, que mede a confiança no futuro, cedeu 3,8 pontos e atingiu 97,1 pontos, o menor nível desde julho de 2020 (90,5 pontos).

“As perspectivas de redução da produção estão dire-

tamente relacionadas a uma percepção de diminuição da demanda atual e de dificuldades previstas para os negócios nos próximos meses diante do recrudescimento da pandemia. As medidas mais restritivas para contenção do covid-19 em várias cidades e estados, lentidão do processo de vacinação, e período de interrupção dos benefícios emergenciais já afetam segmentos relevantes na indústria brasileira como o de alimentos, que também vem apresentando dificuldades com falta de matérias primas e elevação dos custos levando a confiança ao menor desde maio de 2020”, disse a economista da FGV Claudia Perdigão.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada recuou 0,8 ponto percentual, para 78,3%, retornando a patamar próximo ao de setembro de 2020 (78,2%).

Vitor Abdala/ABR



aplicação foi afetada pela crise sanitária.

No período, os investimentos totalizaram US\$ 39,8 bilhões, o equivalente a 2,75% do PIB (Produto Interno Bruto). O montante, contudo, é quase metade do registrado no mesmo período de 2020, de US\$ 65 bilhões.

Os investimentos diretos, diferentemente das aplicações em ações e títulos públicos, são feitos por empresas que estabelecem um relacionamento de médio e longo prazo com o país e são menos voláteis em crises momentâneas por envolver decisões mais duradouras.

Com a pandemia, esses investimentos despencaram em 2020. Em comparação

ao ano anterior, o volume de aplicações caiu pela metade. Ao todo, foram aportados US\$ 34,1 bilhões no país no período, contra US\$ 69,1 bilhões no ano anterior. O número foi o menor desde 2009, quando foram investidos US\$ 31,4 bilhões.

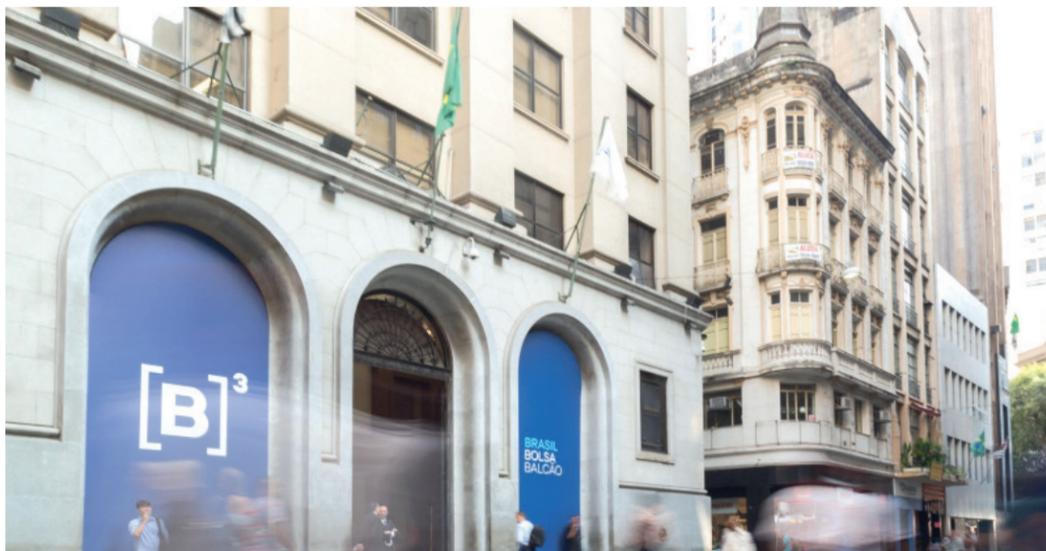
Segundo resultados parciais até a última terça-feira(23), houve ingresso líquido de US\$ 5,7 bilhões em aplicações desse tipo.

Para o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, o resultado de fevereiro ainda não caracteriza uma tendência. Para março, a autoridade monetária estima que ingressem US\$ 7 bilhões em investimentos diretos no país.

Folhapress

## Investimentos

### Bolsa de Valores brasileira seguirá aberta durante feriado antecipado em SP



A B3, que opera a Bolsa de Valores brasileira, não vai aderir à antecipação de feriados em São Paulo (SP). Em comunicado divulgado na noite desta sexta-feira (19), a empresa diz que irá manter o calendário planejado anteriormente.

Para tentar frear a disseminação do coronavírus na capital paulista, a prefeitura antecipou para os dias 26, 29, 30 e 31 de março e 1º de abril os feriados de Corpus Christi e do Dia da Consciência Negra de 2021 e 2022, além do aniversário de São Paulo do ano que vem.

Todos os segmentos da B3, porém, funcionarão normalmente nessas datas. O dia 2 de abril é o feriado de Sexta-Feira Santa —como já esta-

va previsto, neste dia a Bolsa não irá funcionar.

Os feriados antecipados serão mantidos em suas datas originais pela B3 (Corpus Christi em 3 de junho, Consciência Negra em 20 de novembro e o aniversário da cidade em 25 de janeiro).

“Qualquer tipo de fechamento do mercado financeiro dessa forma abrupta pode gerar uma distorção na formação de preços. É importante que a B3 não feche”, disse Fabrizio Velloni, economista-chefe da Frente Corretora.

Além da compra e venda de ações e demais ativos de renda variável, a Bolsa de Valores também opera a compra e venda de ativos de renda fixa, derivativos, empréstimo de ativos, operações com títulos do

agronegócio e de garantias.

Há ainda a Cetip (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), também operada pela B3, que é responsável pela negociação de títulos públicos federais.

A B3 ainda oferece análise e aprovação de crédito para financiamento de veículos e imóveis, sendo líder na prestação de serviços de entrega eletrônica das informações exigidas para registro de contratos e anotações dos gravames do financiamento de veículos junto aos órgãos de trânsito.

Devido à gama de serviços que a companhia oferece a todo o país, adotar a antecipação dos feriados impactaria o calendário de todo o sistema financeiro nacional.

Biznews

### A tática do Original para ganhar mercado



No mercado de fintechs e bancos digitais, é comum medir o sucesso de uma operação pelo número de clientes. Escala, dizem os analistas, é o nome do jogo. Nubank, com 35 milhões de clientes, e Inter, com 10 milhões de correntistas, se destacam nessa disputa.

Mas os números apresentados pelo Banco Original, que conta com 4,3 milhões de correntistas e vem ganhando uma média de 160 mil novos clientes por mês, mostram que os “não correntistas” podem ser uma poderosa arma nessa disputa.

Dos atuais 8 milhões de cartões de crédito e débito

### GameStop anuncia resultado após ação subir 900%. Saiba o que esperar

Protagonista da disputa mais ruidosa dos mercados globais neste início de ano, a GameStop divulga os resultados do seu quarto trimestre fiscal (encerrado em janeiro) nesta terça-feira, 23, depois do fechamento dos mercados e ainda sob os holofotes de analistas e investidores.

Para quem apontava que a ação logo devolveria os ganhos extraordinários do primeiro mês do ano e cairia no esquecimento houve decepção — e talvez milhares de dólares em prejuízos caso tenha apostado na queda das cotações.

Os papéis negociados na Bolsa de Nova York encerraram a segunda-feira a 194,49 dólares, o que representa ainda uma alta de 932% no acumulado deste ano. O valor de mercado estava nesta segunda

em 13,6 bilhões de dólares.

Houve queda de 44% em relação ao pico no fim de janeiro, mas ainda são preços que não refletem os resultados da companhia, ainda que se esperem que devam ser os melhores em dois anos.

O lançamento de novos consoles, como o PS5, no fim do ano e o avanço da estratégia digital e de omnicanalidade (ou seja, de integração das lojas físicas com o e-commerce) devem ter impulsionado as vendas no período, segundo analistas.

A dúvida de analistas é saber até que ponto o frenesi que tomou conta da empresa em janeiro e fevereiro resultou em um aumento nas vendas ou se ficou restrito ao mercado acionário. A última prévia operacional foi divulgada antes de a situação sair do controle em janeiro. Exame



emitidos pelo banco, 5 milhões foram destinados para não correntistas, um segmento que foi criado dentro da instituição financeira no segundo semestre do ano passado, mas que passou a ganhar tração em dezembro de 2020.

Todos esses cartões foram destinados para clientes do PicPay, fintech que tem o Original como acionista e conta com 48 milhões de usuários. E não vai parar por aí: outros 4 milhões de cartões estão pré-aprovados e 5 milhões de não correntistas tiveram crédito pré-aprovado.

Em fevereiro, 25% do faturamento dos cartões do Original, o equivalente a R\$ 151

milhões, vieram de não correntistas. Por enquanto, o motor disso é o PicPay. “É uma base fantástica”, diz ao NeoFeed, Alexandre Abreu, presidente do Banco Original. “O PicPay tem sua estratégia própria, cresceu barbaridade, e é muito bom como parceiro.”

No crédito pessoal, a parceria também está rendendo para o banco. Cerca de 20% das liberações de crédito para pessoas físicas já são destinadas para os não correntistas. “Em fevereiro, a base de empréstimos para não correntistas chegou a R\$ 28 milhões e deve bater R\$ 50 milhões em março”, diz Abreu.

Neofeed

# Petróleo fecha em alta e se recupera após tombo, de olho em bloqueio de canal

O petróleo fechou em alta nesta sexta-feira, 26, com investidores repercutindo o bloqueio do canal de Suez, uma das principais rotas marítimas da cadeia de suprimento global da commodity energética. Na semana, porém, as cotações registraram baixa, com o recrudescimento da pandemia de coronavírus, sobretudo na Europa.

Na New York Mercantile Exchange, o petróleo WTI com entrega prevista para maio fechou em alta de 4,12% (+US\$ 2,41), cotado a US\$ 60,97 o barril. Na semana, houve queda de 0,76%. Já o petróleo Brent para junho avançou 4,26% (+US\$ 2,63) nesta sexta, aos US\$ 64,43 o barril, e cedeu 0,15% na variação dos últimos sete dias.

O mercado de petróleo repercutiu no fim desta semana o bloqueio do Canal de Suez por uma embarcação de 400 metros de comprimento, que tem forçado navios a utilizarem rotas mais longas ou esperar a desinterdição do caminho que liga o comércio entre Ásia e Europa. A perspectiva de uma menor oferta de petróleo por causa do episódio provocou alta nos contratos da commodity energética nesta sexta.

Para a Capital Economics, porém, o bloqueio deve ter impacto apenas temporário no mercado de commodities. Mesmo assim, a consultoria prevê alta nos preços ao longo do ano, diante da flexibilização das medidas restritivas adotadas na Europa. Nesta semana, uma série de governos em países do continente apertaram as restrições para frear uma nova onda de infecções locais por coronavírus.

IstoÉDinheiro

**Tekno S.A. – Indústria e Comércio**  
CNPJ/ME nº 33.467.572/0001-34 – Companhia Aberta

**Assembleia Geral Ordinária – Edital de Convocação**

São convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, § 2º, inciso I e artigo 21-C, §§ 2º e 3º da Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009 ("IN CVM 481"), a ser realizada no dia **29/04/2021, às 10h30**, através da plataforma digital ZOOM, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020; b) Orçamento de Capital; c) Destinação do lucro do exercício findo e distribuição dos dividendos; d) Fixação da verba anual da remuneração dos administradores; e) Instalação do Conselho Fiscal. **Orientações Gerais:** 1. A Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e o boletim de voto a distância foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na IN CVM 481, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([www.teknokroma.com.br](http://www.teknokroma.com.br)). 2. Os documentos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia localizada na Rua Alfredo Mário Pizzotti, nº 51, São Paulo-SP, no website da Companhia ([www.teknokroma.com.br](http://www.teknokroma.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), e foram publicados nos termos do artigo 133, § 3º, da Lei das S.A. 3. Considerando a pandemia da COVID-19 (coronavírus) no Brasil e as restrições de circulação e reunião de pessoas dela decorrente, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim de Voto a Distância que pode ser acessado nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§ 2º e 3º da IN CVM 481, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, mesmo que o Acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, poderá, caso queira, votar na Assembleia, hipótese em que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas. 4. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail [ri@teknokroma.com.br](mailto:ri@teknokroma.com.br) com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 27/04/2021, os seguintes documentos: (i) pessoas físicas: documento válido de identidade com foto e número do CPF; (ii) pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, CNPJ e documento de identidade com foto do representante legal; (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 3 dias antes da data da realização da Assembleia; (iv) instrumento de mandato, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado dos documentos indicados no item (ii), caso o Acionista seja pessoa jurídica; e/ou (v) relativamente aos Acionistas participantes da custódia de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela entidade competente, demonstrando a titularidade das ações em até 3 dias antes da data da realização da Assembleia. Nos termos do artigo 5º, § 3º da IN CVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Os acionistas que atenderem os requisitos para a participação da Assembleia receberão da Companhia, por e-mail, um link de acesso do Plataforma Digital, até 24 hs. antes do Assembleia. 5. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim de Voto a Distância, constam do Manual para Participação de Acionistas na Assembleia, da Proposta de Administração da Companhia e próprio Boletim de Voto a Distância, disponíveis nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([www.teknokroma.com.br](http://www.teknokroma.com.br)). São Paulo, 26/03/2021. **Fernando Antonio Albino de Oliveira** – Presidente do Conselho de Administração. (26, 27 e 30/03/2021)

# Presidente do IBGE pede exoneração um dia após corte no orçamento do Censo



A presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Susana Cordeiro Guerra, pediu exoneração nesta sexta-feira, 26. A decisão se deve a “motivos pessoais e de família”, segundo nota divulgada pelo IBGE, mas ocorre no dia seguinte à aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021, com um orçamento insuficiente para garantir a realização do Censo Demográfico. “O IBGE informa que Susana Cordeiro Guerra pediu exoneração do cargo de presidente do órgão por motivos pessoais e de família. Ela continuará no cargo até a transição para o novo presidente a ser indicado”, diz a nota divulgada pelo órgão de estatísticas.

Ainda nesta sexta, o

IBGE já havia divulgado nota para informar que, diante da aprovação da LOA de 2021, solicitaria “orientações ao Ministério da Economia sobre os procedimentos no tocante à operação censitária”.

A LOA de 2021 foi aprovada na quinta-feira, 25, na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, reduzindo o orçamento do Censo Demográfico de R\$ 2 bilhões para R\$ 71 milhões. Na prática, a redução inviabiliza a realização do Censo neste ano, após a pesquisa já ter sido adiada em um ano.

O censo deveria ter ido a campo em 2020, mas foi adiado por causa da pandemia de covid-19. O órgão trabalhava para dar início à coleta, que visitaria todos os cerca de 71 milhões de lares brasileiros, a partir de agosto deste ano.

IstoÉDinheiro

**VERALLIA BRASIL S.A.**  
CNPJ/MF nº 60.853.942/0001-44

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)**

Ativo	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	264.535	190.799	Fornecedores	112.855	89.698
Contas a receber	112.120	130.230	Passivos de arrendamentos	3.342	3.071
Estoques	58.014	68.432	Instrumentos financeiros derivativos	-	212
Tributos a recuperar	7.506	12.312	Salários, bônus e encargos sociais	22.603	20.374
Outros ativos	1.242	4.146	Tributos a recolher	16.483	21.564
Instrumentos financeiros derivativos	157	-	Empréstimos financeiros	25.760	25.920
	443.574	405.919	Outros passivos	40.630	44.265
				221.673	205.104
<b>Ativos não circulante realizável a longo prazo</b>			<b>Não circulante</b>		
Tributos a recuperar	9.203	14.896	Empréstimos financeiros	43.527	69.006
Depósitos judiciais e recursais	2.420	2.384	Passivos de arrendamentos	4.386	5.906
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.623	12.466	Provisões para contingências	15.832	16.055
	6.744	8.221	Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-
Ativos direito de uso	204.642	165.312	Total do passivos não circulantes	69.343	90.967
Investimentos	1.987	2.031			
Intangível	496.311	486.862	<b>Patrimônio líquido</b>		
Imobilizado	709.684	662.426	Capital social	688.590	688.590
	1.164.880	1.098.091	Reserva legal	31.888	20.768
			Reservas de lucros	153.386	92.662
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	873.864	802.020
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	1.164.880	1.098.091

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em milhares de reais)**

	2020	2019		2020	2019
<b>Lucro bruto</b>	281.543	214.756	<b>Lucro antes do IRPJ e da contribuição social</b>	289.350	136.816
<b>Despesas operacionais</b>			Imposto de renda e contribuição social	(48.883)	(14.270)
Com vendas, gerais e administrativas	(72.971)	(59.465)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.064)	(17.742)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	16.867	(17.012)	<b>Lucro líquido do exercício</b>	222.403	104.804
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	225.439	138.279	Quotas em circulação no final do exercício (em milhares)	209.460	209.460
<b>Resultado financeiro</b>			Lucro líquido por quotas do capital social no fim do exercício - R\$	1,06	0,50
Recetas (despesas) financeiras, líquidas	24.582	(905)			
Equivalência Patrimonial	39.329	(558)			

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)**

	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	688.590	15.528	33.098	-	737.216
Lucro líquido do exercício	-	-	-	104.804	104.804
Para reserva de lucros	-	-	59.564	(59.564)	-
Para reserva legal	-	5.240	-	(5.240)	-
Lucros distribuídos:	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	(40.000)	(40.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	688.590	20.768	92.662	-	802.020
Lucro líquido do exercício	-	-	-	222.403	222.403
Para reserva de lucros	-	-	60.724	(60.724)	-
Para reserva legal	-	11.120	-	(11.120)	-
Lucros distribuídos:	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	(150.559)	(150.559)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	688.590	31.888	153.386	-	873.864

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais)**

	2020	2019		2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	289.350	136.816	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	(48.299)	(13.306)
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	-	-	Imposto de renda e contribuição social pagos	(48.299)	(13.306)
Ajustes	-	-	<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	314.665	145.404
Depreciação e amortização	53.296	47.102	Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Depreciação de direito de uso	2.578	1.982	Aquisições de bens do ativo	(63.731)	(47.404)
Valor residual do ativo permanente baixado	1.030	14.698	imobilizado e intangível	3.175	2.054
Resultado de equivalência patrimonial	(39.329)	558	<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	(60.556)	(45.350)
Instrumentos financeiros líquido	(157)	(212)	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Outras Provisões	6.283	(1.788)	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Variação nos Ativos e Passivos	313.051	199.156	Pagamentos empréstimos	(25.639)	(22.078)
Contas a receber	16.024	(16.139)	Pagamentos de arrendamentos mercantil	(4.175)	(1.982)
Estoques	3.851	9.021	Pagamentos de dividendos	(150.559)	(40.000)
Impostos a recuperar	10.500	9.925	e juros sobre capital próprio	(180.373)	(64.060)
Outros ativos	2.904	(2.568)	<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	73.736	35.994
Depósitos judiciais e recursais	(36)	(259)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	190.799	154.805
Fornecedores	23.157	(51.618)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	264.535	190.799
Salários e encargos sociais	2.229	(330)			
Impostos a recolher	(5.081)	9.125			
Outros passivos	(3.635)	2.397			
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	362.964	158.710			

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)**

1. **Contexto Operacional:** A Companhia tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de embalagens de vidro. 2. **Principais Diretrizes Contábeis:** (a) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e abrange os 12 meses dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. (b) **Ativos circulante e não circulante:** A provisão para contas de cobrança duvidosa foi efetuada em bases consideradas suficientes para cobertura de eventuais prejuízos na realização dos créditos. Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção ou aos valores de realização quando os mesmos forem inferiores ao custo de reposição. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos monetários auferidos e os ajustes necessários para atualizá-los ao valor presente. (c) **Permanente:** Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro (quando aplicável), combinado com os seguintes aspectos: - Investimentos em empresa controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial ajustável quando aplicável. - Depreciação do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens conforme determinação da nova legislação. (d) **Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos e provisões necessárias. 3. **Patrimônio Líquido: Capital social:** O Capital social subscrito e integralizado está dividido em 209.460.245 ações ordinárias, sem valor nominal. 4. **Seguros:** A Companhia possui apólices de seguro de riscos globais que, em face da descentralização das instalações industriais, é suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e de responsabilidade civil.

**DIRETORIA**

Quintin Testa Dominguez	Marlene Ayako Miwa	Alexandre Cristiano Caruso	José Augusto Barreto Contador - CRC RS 047826/0
-------------------------	--------------------	----------------------------	--

**Cappgemini Brasil S.A.**  
CNPJ/MF nº 65.599.953/0001-63 – NIRE 35.300.178.815

**Edital de Convocação – Disponibilidade de Documentos**

Ficam os Srs. Acionistas convocados e informados que encontra-se à disposição na sede da Companhia, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Grajaú, nº 60, 14º andar, Alphaville, conforme preceitua o artigo 133 da Lei 6.404/76, a partir do dia 29/03/2021, os documentos abaixo listados: I – Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; II – Cópia das demonstrações financeiras; III – Parecer dos auditores independentes. Barueri/SP, 26/03/2021. **Diretores:** Maurício Mondani, João Leonardo da Silva Gomes Figueira. (26, 27 e 30/03/2021)

**Data Mercantil**

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:  
[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

Para a versão online do jornal  
acesse nosso site:  
[www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)

# Publicidade Legal

## Impetus Hodl Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 39.317.101/0001-26 - NIRE 3530056264-0

**2ª Alteração ao Contrato Social e Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações.**  
 (i) David Silva Wasserman, RG nº 52.876.473-1 SSP-SP CPFME nº 409.547.428-93; (ii) Michael Westcott Betenson, RG nº 20.642.474 SSP-SP CPFME nº 153.794.199-44 e (iii) Bruno Miranda Fletti, RG nº 38.216.333-3 SSP-SP CPFME nº 331.804.898-47. Únicos sócios da Impetus Hodl Participações Ltda. sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME nº 39.317.101/0001-26. Os sócios decidem, por unanimidade, e sem quaisquer ressalvas ou restrições, transformar o tipo jurídico da Sociedade, atualmente uma sociedade empresária limitada, para uma sociedade por ações, com a adoção da denominação social para "Impetus Hodl Participações S.A.". 2. A capital social, atualmente no valor de R\$ 100,00, dividido em 100 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, integralizado, passará a ser dividido em 100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre os atuais sócios de forma que estes detenham na sociedade por ações a mesma participação percentual que atualmente possuem na sociedade limitada ora transformada, a saber: (a) o sócio Bruno Miranda Fletti passará a deter 34 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; (b) o sócio David possui 33 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; e (c) o sócio Michael possui 33 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. 3. Aumentar o capital social, atualmente no valor de R\$ 100,00, dividido em 100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e R\$ 0,99 destinados à conta de reserva de capital. 4. O capital social passa a ser de R\$ 27.250,00, dividido em 100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 2.715.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. 5. A Sociedade continuará a operar com o mesmo ativo e passivo, mantendo a mesma escrituração, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil. 6. Manter a sede social na Rua dos Miranhas, nº 16, 39ª Vila Madalena/SP, bem como manter o objeto social, que permanece inalterado. 7. A não instalação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração neste momento, bem como que as publicações ordenadas pela Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das SAs"), sejam realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal O Dia, do Estado de São Paulo. 8. Eleger para os cargos de Diretores: (i) o Sr. David Silva Wasserman, para o cargo de Diretor Presidente; (ii) o Sr. Bruno Miranda Fletti, como Diretor sem designação específica; e (c) o Sr. Michael Westcott Betenson, como Diretor sem designação específica. 9. Os Diretores ora eleitos terão mandato unificado de 3 anos. Declaram, sob as penas da lei, que não estão (a) impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou (b) condenados por crime falimentar, de prevaricação, peculato ou suborno, concussão ou peculato, ou por crime contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Após deliberação específica da assembleia, os diretores não receberão qualquer remuneração por ocupar seus cargos. SP 16/12/2020. **Sócios/Acionistas:** David Silva Wasserman; Michael Westcott Betenson; Bruno Miranda Fletti; Robert Westcott Betenson; Danira Figliola Guimarães; Gabriele Edith Marlen Von Adamek; Ricardo Conti de Almeida Guimarães; Claudio Wasserman; Gianluca Pirani Xandé; Thiago Moujães Promícia; Caio Santini; Victor Taewong Kang; Julio Brandão Koelle; José Estanislau Queiroz Guimarães; Maria Diederichsen Villares; **Diretores Eleitos:** David Silva Wasserman; Bruno Miranda Fletti; Michael Westcott Betenson. **Juiz** registro nº 890/21-2 em 07.01.2021, Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social: Capítulo I - Nome, Sede Social, Objeto Social e Duração:** Artigo 1º - A sociedade adota a denominação social de "Impetus Hodl Participações S.A." ("Companhia"), é constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, e será regida pelo disposto neste Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem por sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Rua dos Miranhas, nº 16, 39ª Subdistrito Vila Madalena, CEP 05434-040, podendo abrir, manter e encerrar filiais, escritórios, agências e representações, observadas as exigências legais e mediante aprovação da Diretoria. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto: (i) a realização de atividades de compra e venda de ativos criptografados no Brasil; e (ii) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social:** Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 27.250,00, representado por 100,00 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2.715.000 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e com prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio. **§ 1º -** A cada ação corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§ 2º -** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou, se consultado, não se manifestar dentro de 30 dias contados da data da consulta, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações, após o que fica ressalvada à Diretoria a faculdade de colocar junto a terceiros as ações eventualmente remanescentes. **§ 3º -** Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações, se levada a efeito em violação a qualquer acordo de acionistas arquivado na Companhia. **§ 4º -** A Companhia é vedada a criação e emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III - Assembleia Geral:** Artigo 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem, mediante convocação na forma da lei. A Assembleia Geral será instalada e presidida por pessoa indicada pelos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral escolher o Secretário da Mesa. **Artigo 9º -** A Assembleia Geral reunir-se-á quando convocada pelo Diretor Presidente ou (i) no caso da Assembleia Ordinária, por qualquer acionista, quando os administradores retardarem a convocação por mais de 60 (sessenta) dias; (ii) por acionistas que representem 5%, no mínimo, do capital social, quando não atendido, no prazo de oito dias, pedido de convocação fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas; ou (iii) conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. **§ 1º -** A Assembleia Geral da Companhia poderá ser realizada de forma presencial ou digital, quando os acionistas somente puderem participar e votar à distância, nos termos do parágrafo 5º deste Artigo 7º, caso em que o conclave não será realizado em nenhum local físico. **§ 2º -** O edital de convocação deve informar, em destaque, se a reunião ou assembleia será presencial ou digital, nos termos do parágrafo 4º deste Artigo 7º, conforme o caso. **§ 3º -** Na hipótese de realização da Assembleia Geral de forma digital, os documentos e informações a serem disponibilizados previamente à assembleia deverão ser enviados, além da forma prevista em lei, por e-mail aos respectivos endereços eletrônicos dos acionistas cadastrados na sede social da Companhia, ou por outro meio digital seguro, com, no mínimo, 8 dias de antecedência, devendo a Companhia, na mesma ocasião, disponibilizar o boletim de voto à distância em versão passível de impressão e preenchimento manual, por meio de sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, incluindo as instruções de preenchimento e devolução à Companhia. Nos casos de realização de Assembleia Geral de forma digital, o instrumento de convocação deverá indicar a forma de participação e votação à distância de forma resumida, e incluir a indicação de endereço eletrônico na rede mundial de computadores onde as informações detalhadas de acesso e forma de votação no conclave estarão disponíveis de forma segura. O anúncio de convocação deve listar os documentos exigidos para que os acionistas, bem como seus eventuais representantes legais, sejam admitidos à assembleia digital. **§ 4º -** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a qual comparecerem todos os acionistas, de forma presencial ou digital, conforme o caso. **§ 5º -** A participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico, conforme divulgado no edital de convocação da respectiva Assembleia Geral. **§ 6º -** Serão considerados presentes à assembleia digital, conforme o caso, o acionista: (i) que a ela comparecer e que nela se faça representante fisicamente; (ii) cujo boletim de voto à distância seja considerado válido pela Companhia; ou (iii) que, pessoalmente ou por meio de representante, registre sua presença no sistema eletrônico de participação e voto à distância disponibilizado pela Companhia. **§ 7º -** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata no livro próprio, a qual deve ser assinada pelos membros da mesa, sem prejuízo dos acionistas presentes que queiram assiná-la. Somente será lavrada no registro público competente a cópia da ata ou extrato das deliberações que devam produzir efeitos perante terceiros. **§ 8º -** A Companhia manterá arquivados todos os documentos relativos à assembleia digital,

bem como a sua gravação integral, pelo prazo aplicável à ação que vise a anulá-la. **Artigo 8º -** As assembleias gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou por quem este indicar, cabendo ao Presidente da assembleia a escolha do Secretário. **Artigo 9º -** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo quórum de aprovação estabelecido no presente Estatuto Social ou em lei, salvo quando outro quórum for estipulado no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Artigo 10º -** Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais de acionistas serão consideradas validamente instaladas (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, mais da metade do capital social; e, (ii) em segunda convocação, com qualquer número. **Artigo 11 -** A aprovação das seguintes matérias dependerá da aprovação dos acionistas detentores da maioria das ações preferenciais: (a) quaisquer alterações ao Estatuto Social da Companhia envolvendo objeto social, ou a obrigação da Companhia observar e cumprir as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (b) quaisquer alterações ao Estatuto Social da Companhia que possam impactar, em qualquer aspecto, (i) a política de dividendos, ou (ii) qualquer reserva estatutária ou de destinação de lucros; (c) alteração das características, dos direitos e vantagens das Ações ou emissão de novas espécies de Ações ou de Valores Mobiliários conversíveis em Ações, bem como criação de outras classes de Ações; (d) a celebração de contratos de crédito e/ou empréstimos, envolvendo quantia superior ao equivalente, em moeda corrente nacional, a \$ 2.000.000,00; (e) a outorga de fiança, aval ou garantia em negócios ou operações de terceiros, exceção feita aos negócios ou operações de suas subsidiárias ou coligadas; (f) a constituição e destituição das subsidiárias, sua dissolução e liquidação; (g) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; e (h) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas. **Capítulo IV - Administração:** **Artigo 12 -** A Diretoria é responsável pela administração da Companhia, exercendo seus poderes de acordo com a lei, com este Estatuto Social, e com as deliberações das assembleias gerais. **§ 1º -** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, por 5 Diretores, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos por meio de Assembleia Geral. Dos diretores, um será denominado Diretor Presidente, e os demais como Diretor sem designação específica. **§ 2º -** Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 3 anos, considerando-se o ano o período compreendido entre duas assembleias gerais ordinárias. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. A remuneração de todos os diretores será estabelecida pela Assembleia Geral de que eleger § 3º. As reuniões serão convocadas pelo Diretor Presidente ou por qualquer outro diretor. Para que possam instalar-se e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que no ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois diretores em exercício. **§ 4º -** As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate. **Artigo 13 -** Ficando vago, por qualquer motivo, o cargo de Diretor, seu respectivo substituto será escolhido pelos demais Diretores e ficará no cargo pelo prazo remanescente do mandato. **Artigo 14 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que no ocasião for escolhido. **Artigo 15 -** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvadas as ações para as quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral. Seus poderes incluem, entre outros, os seguintes: (a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; e (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários. **§ 1º -** A representação da Companhia, em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais compete a qualquer Diretor ou procurador com bastantes poderes, agindo isoladamente. **§ 2º -** A Diretoria poderá, em reunião, indicar qualquer diretor, ou autorizar a outorga de mandato a terceiros, para, isoladamente, praticar atos de atribuição da Diretoria ou de qualquer diretor, sem prejuízo de poderes ou atribuições idênticas conferidas por este Estatuto ou pela Diretoria a ela própria ou a qualquer diretor. **§ 3º -** A venda, permuta, transferência ou alienação por qualquer forma, ou a hipoteca, penhor ou ônus de qualquer espécie, de bens imóveis da Companhia dependem da autorização e aprovação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral. **§ 4º** A Diretoria poderá, em reunião, deliberar a aquisição e alienação das ações preferenciais da Companhia, nos termos do artigo 30 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as diretrizes estipuladas em Acordo de Acionistas. **Artigo 16 -** Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em geral, serão obrigatoriamente assinados: (i) por 3 Diretores em conjunto; (ii) por 2 Diretores em conjunto com 1 procurador; ou (iii) por 1 Diretor em conjunto com 2 procuradores; ou (iv) por 3 procuradores, desde que investidos de poderes especiais; ou (v) por 2 Diretores, se só houver dois Diretores em exercício. **Artigo 17 -** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por um diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano. **Artigo 18 -** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos praticados pelos sócios, procuradores ou empregados da Companhia, fora dos limites previstos neste contrato social ou instrumentos de procuração, ou ainda, aqueles atos que envolvam a Companhia em operações ou negócios estranhos ao objeto social, inclusive fianças, avais ou a prestação de quaisquer outras garantias, reais ou fiduciárias, em favor de terceiros, salvo mediante deliberação dos sócios. **Capítulo V - Conselho Fiscal:** **Artigo 19 -** O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes de lei, funcionará em caráter não permanente, e somente será instalado a pedido de acionistas, conforme o que faculta o art. 161 da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, sendo composto por 3 membros. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal caberá fixar a respectiva remuneração. **Capítulo VI - Acordo de Acionistas:** **Artigo 20 -** A Companhia observará o Acordo de Acionistas arquivado em sua sede, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao Presidente das Assembleias Gerais, abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos, bem como tomar as demais providências dos §§ 8º e 9º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VII - Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos:** **Artigo 21 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei, que deverão ser examinadas por auditores externos, devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 22 -** Os acionistas estabelecerão que, do lucro líquido apurado em cada exercício será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social. Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de 1% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a ser distribuído aos acionistas proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia, a título de dividendo obrigatório. O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. Todas as ações da Companhia participarão em igualdade de condições das distribuições de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio. **§ 1º -** A Assembleia Geral poderá deliberar acerca da distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos do artigo 202, §3º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada. **§ 2º -** A Companhia poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros. No encerramento de cada exercício social, será procedido eventual acerto, para mais ou para menos, de acordo com as distribuições intermediárias realizadas durante o período. **§ 3º -** A Companhia poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia:** **Artigo 23 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei e neste Estatuto, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. **Capítulo IX - Disposições Gerais:** **Artigo 24 -** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer controvérsia, omissão, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionado direta ou indiretamente a este Estatuto Social ("Conflito"), envolvendo a Companhia ou qualquer de seus acionistas ou administradores. **Juiz** registro NIRE nº 3530056264-0 em 07.01.2021, Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Mogiana Alimentos S.A.**  
 CNPJ/ME nº 45.710.423/0001-33  
**Aviso aos Acionistas**  
 Comunicamos aos Srs. Acionistas que se acham à disposição na sede social, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Campinas-SP, 24 de março de 2021.  
 A Diretoria  
 (25, 26 e 27/03/2021)

# Juros zeram queda com piora do câmbio; curtos sobem e longos ficam estáveis

Os juros futuros não sustentaram o movimento de queda iniciado ainda na quinta-feira e fecharam a sexta-feira entre a estabilidade nos contratos longos e alta nos demais vértices. As taxas acompanharam a deterioração geral vista nos demais ativos e invertiram a direção na última hora da sessão regular, com o dólar renovando máximas acima de R\$ 5,75 e o rendimento da T-Note de 10 anos voltando a se aproximar de 1,7%

Até então, a mensagem do Banco Central, na quinta, de que a normalização da Selic não deve levá-la até o nível neutro e a aprovação do Orçamento, ainda que o texto tenha sido enfraquecido do ponto de vista fiscal, produzem alívio de prêmios, além do fato de as taxas já terem subido muito nos últimos dias. Ainda que nesta sexta os curtos tenham tido desempenho pior do que os longos, no balanço da semana a curva teve ganho importante de inclinação, de cerca de 50 pontos. Por outro lado, no fim do dia, as apostas de aperto de 1,25 ponto porcentual na Selic no Copom de maio voltaram a ganhar espaço em relação ao cenário da manhã, mas ainda seguem minoritárias.

Na comparação semanal, houve queda de 0,54%. À tarde, a divisa dos Estados Unidos trocou de sinal e passou a cair, o que impôs mais sustentação ao metal precioso, ao torná-lo mais barato para investidores. IstoéDinheiro

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.		Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)		
Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado		
	2020	2019		
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>72.380</b>	<b>42.935</b>	<b>Circulante</b>	<b>36.613</b>
Caixa e equivalentes de caixa	25.120	9.489	Fornecedores	15.107
Contas a receber	24.459	22.667	Obrigações trabalhistas	8.083
Estoques	16.883	8.940	Empréstimos e financiamentos	1.441
Créditos tributários	3.139	155	Adiantamentos de clientes	5.691
Demais contas a receber	2.779	1.684	Tributos a recolher	641
<b>Não circulante</b>	<b>7.783</b>	<b>11.658</b>	Impostos parcelados	1.710
Tributos diferidos sobre o lucro	4.026	7.996	<b>Não circulante</b>	<b>12.043</b>
Depósitos judiciais	3.605	3.488	Contas a pagar	65
Demais contas a receber	130	101	Empréstimos e financiamentos	4.404
Partes relacionadas	22	73	Impostos parcelados	4.491
<b>Imobilizado / Intangível</b>	<b>16.393</b>	<b>18.590</b>	Provisão para contingências	3.083
Imobilizado	16.210	18.532	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>47.900</b>
Intangível	183	58	Capital social	54.820
<b>Total do ativo</b>	<b>96.556</b>	<b>73.183</b>	Ajustes de avaliação patrimonial	1.296
			Prejuízos acumulados	(8.216)
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>96.556</b>
				<b>73.183</b>
Demonstrações dos Fluxos de Caixa		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		
	2020	2019		
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>8.918</b>	<b>1.500</b>	<b>Capital social</b>	<b>15.631 (10.412)</b>
<b>Lucro líquido/prejuízo do exercício</b>	<b>8.918</b>	<b>1.500</b>	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.489 19.901
<b>Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa</b>			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.120 9.489
Depreciação e amortização	2.855	2.844	<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>15.631 (10.412)</b>
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	60	3		
Provisão para devedores duvidosos	(337)	(416)	<b>Capital patrimonial</b>	<b>1.289 (18.634)</b>
Provisão para perda nos estoques	263	(1.282)	Ajustes de prejuízos acumulados	6 (882)
Constituição de provisão para contingências	1.099	2.455	<b>Total</b>	<b>5.375 1.500</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos não realizado	1.717	3.469		
Variações cambiais não realizadas, líquidas	5.995	1.042	<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>22.720 1.289 (18.634) 5.375</b>
Outros resultados abrangentes	6	1	Lucro líquido do exercício	- - 1.500 1.500
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.970	241	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>- - - 1</b>
<b>Aumento líquido/(redução) nos ativos</b>	<b>24.546</b>	<b>9.857</b>	Varição cambial de controlada no exterior	- 1 - 1
Contas a receber	694	(2.581)	<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>22.720 1.290 (17.134) 6.876</b>
Estoques	(8.206)	6.408	Lucro líquido do exercício	- - 8.918 8.918
Impostos a recuperar	(2.494)	326	Aumento de capital	32.100 - - 32.100
Outros ativos	(1.229)	258	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>- - - 6</b>
<b>Aumento líquido/(redução) nos passivos:</b>			Varição cambial de controlada no exterior	- 6 - 6
Fornecedores e contas a pagar	3.744	(4.767)	<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>54.820 1.296 (8.216) 47.900</b>
Adiantamento de clientes	3.472	(6.951)		
Salários e encargos sociais	954	(178)	<b>A Administração</b>	
			<b>Sandra Cristina B. G. de Oliveira</b> - Contadora CRC 1SP 276.433/O-5	
			<i>As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.</i>	

# Ouro fecha em alta com dólar fraco, apesar do aumento dos juros dos Treasuries

O contrato futuro de ouro mais líquido fechou em alta nesta sexta-feira, 26, apoiado pelo enfraquecimento do dólar. Os ganhos, contudo, foram limitados pelo avanço dos juros dos Treasuries e a melhora

no sentimento de risco nos mercados financeiros globais. O ouro com entrega prevista para abril ganhou 0,42% nesta sexta-feira, e terminou a sessão cotado a US\$ 1.732,30 a onça-troy, na Nymex, divisão de metais da New York Mercantile Exchan-

ge. Na comparação semanal, houve queda de 0,54%. À tarde, a divisa dos Estados Unidos trocou de sinal e passou a cair, o que impôs mais sustentação ao metal precioso, ao torná-lo mais barato para investidores. IstoéDinheiro

# Publicidade Legal

**Fast Shop S.A.**  
 CNPJ/ME nº 43.708.379/0001-00 – NIRE 35.300.374.037 – Companhia Fechada  
**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/03/2021**  
**Data, Hora e Local:** 25/03/2021, às 15:00 horas, na sede social da Fast Shop S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, 1664, sobreloja, Carandiru, CEP 02029 001.  
**Convocação:** Dispensada a convocação prévia em face da presença da presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Presença:** Acionistas representando totalidade do capital social, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Milton Kazuyuki Kakumoto; Presidente; Marie Higashi Kakumoto; Secretária.  
**Ordem do Dia:** Deliberar sobre, nos termos do Artigo 19, parágrafo 2º, item (iii) do Estatuto Social da Companhia: (i) a 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, da espécie quirográfica, em 4 séries, sob a forma cartular, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R\$ 100.000.000,00, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das notas promissórias ("Emissão" e "Notas Promissórias", respectivamente), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 566, de 31/07/2015 ("Instrução CVM 566"), que serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da CVM nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações a serem aprovadas. **Deliberações:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia foram tomadas as seguintes deliberações pelos Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) Aprovaram a realização da Emissão e da Oferta, que serão formalizadas nos termos da carta da 1ª emissão de Notas Promissórias da Companhia ("Cartula") e atenderão às características abaixo descritas, dentre outras: (a) **Número da Emissão.** As Notas Promissórias representam a 1ª emissão pública de Notas Promissórias da Companhia. (b) **Número de Séries.** A Emissão será realizada em 4 séries ("Séries"). (c) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00, na Data de Emissão (conforme abaixo definida) sendo (i) R\$ 1.000.000,00 referente à 1ª Série (conforme abaixo definida); (ii) R\$ 1.000.000,00 referente à 2ª Série (conforme abaixo definida); (iii) R\$ 1.000.000,00 referente à 3ª Série (conforme abaixo definida); e (iv) R\$ 97.000.000,00 noventa e sete milhões de reais referente à 4ª Série (conforme abaixo definida). (d) **Quantidade de Notas Promissórias.** Serão emitidas 100 Notas Promissórias, sendo (i) 1 Nota Promissória da 1ª Série ("1ª Série"), (ii) 1 Nota Promissória da 2ª Série ("2ª Série"); (iii) 1 Nota Promissória da 3ª Série ("3ª Série"); e (iv) 97 Notas Promissórias da 4ª Série ("4ª Série"). (e) **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Notas Promissórias será de R\$1.000.000,00 na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (f) **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será a data de sua efetiva subscrição e integralização a ser estabelecida nas cartulas das Notas Promissórias ("Data de Emissão"). (g) **Prazo e Data de Vencimento.** As Notas Promissórias terão vencimento conforme a seguir: (i) 1ª Série: vencimento em 91 dias corridos a partir da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 1ª Série"); (ii) 2ª Série: 183 dias corridos a partir da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 2ª Série"); (iii) 3ª Série: vencimento em 275 dias corridos a partir da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 3ª Série"); e (iv) 4ª Série: vencimento em 359 dias corridos a partir da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 4ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série, com a Data de Vencimento da 2ª Série e com a Data de Vencimento da 3ª Série, "Datas de Vencimento"), sem prejuízo do disposto nas seções Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) e Hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) da Cartula. (h) **Depósito para Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira.** Observado o cumprimento das condições previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, as Notas Promissórias serão depositadas para distribuição pública no mercado primário exclusivamente por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente de acordo com as normas da B3. Concomitantemente à liquidação, as Notas Promissórias serão depositadas em nome dos titulares no Sistema de Custódia Eletrônica da B3. As Notas Promissórias serão depositadas para negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na B3. As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476 pela Companhia, exceto pelo eventual lote de Notas Promissórias objeto de garantia firme pelo Coordenador Líder. (i) **Prazo de Subscrição.** A subscrição das Notas Promissórias se dará pelo Valor Nominal Unitário. As Notas Promissórias serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na data de sua efetiva subscrição, na Data de Emissão, em uma única data ("Data de Integralização"), exclusivamente por meio do MDA. As Notas Promissórias serão depositadas eletronicamente em nome do titular das Notas Promissórias no Sistema de Custódia Eletrônica da B3. (k) **Forma e Circulação.** As Notas Promissórias serão emitidas sob a forma cartular e nominativa e ficarão custodiadas, conforme definido no Manual de Normas – CRA de Distribuição Pública, CRI de Distribuição Pública, Debêntures e Nota Comercial da B3, junto ao Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.746.948/0001-12, na condição de instituição contratada para prestação de serviço de custodiante da guarda física das Notas Promissórias ("Custodiante"). As Notas Promissórias circularão por endosso em preto, sem garantia, de mera transferência de titularidade. Enquanto objeto de depósito centralizado, a circulação das Notas Promissórias se operará pelos registros escriturais efetuados nas contas de depósito mantidas junto à B3, que endossará as Cartulas das Notas Promissórias ao credor definitivo por ocasião da extinção do registro na B3. (l) **Titularidade.** Para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Promissórias será comprovada pela posse da Cartula. Adicionalmente, caso as Notas Promissórias estejam depositadas eletronicamente na B3, a titularidade das Notas Promissórias será comprovada pelo relatório expedido pela B3 em nome do respectivo titular da Nota Promissória. (m) **Destinação dos Recursos.** Os recursos captados por meio da Emissão destinam-se ao reforço de capital de giro e investimentos da Companhia. (n) **Agente Fiduciário.** A Emissão não terá Agente Fiduciário. (o) **Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Notas Promissórias serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Notas Promissórias da Fast Shop S.A." ("Contrato de Colocação"), com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Promissórias, tendo como público alvo investidores profissionais, assim definidos na Instrução CVM nº 539, de 13/11/2013, conforme alterada ("Investidores Profissionais"). As Notas Promissórias poderão ser ofertadas a, no máximo, 50 Investidores Profissionais, podendo ser subs-

critas por, no máximo, 50 Investidores Profissionais. Não será permitida a distribuição parcial das Notas Promissórias. (p) **Atualização Monetária e Remuneração das Notas Promissórias.** O Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirá remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra* grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no seu informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de sobre taxa de 1,95% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Sobretaxa"), e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração", calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento da respectiva Nota Promissória, sendo os valores calculados segundo critérios definidos no "Caderno de Fórmulas de Notas Comerciais – CETIP21", o qual está disponível para consulta na página da B3 na Internet (http://www.b3.com.br), que serão replicados nas Cartulas. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista na Cartula. (q) **Pagamento do Principal das Notas Promissórias.** As Notas Promissórias serão pagas pela Companhia, em uma única parcela, na Data de Vencimento de cada respectiva Série, aos titulares das Notas Promissórias, ou na data de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de uma hipótese de Vencimento Antecipado, ou na data de eventual Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. (r) **Pagamento da Remuneração das Notas Promissórias.** A Remuneração das Notas Promissórias será integralmente paga pela Companhia, em uma única parcela, na Data de Vencimento de cada respectiva Série, aos titulares das Notas Promissórias, ou na data de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de uma hipótese de Vencimento Antecipado, ou na data de eventual Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. (s) **Prorrogação dos Prazos.** Serão considerados prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Notas Promissórias, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Notas Promissórias sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. "Dia Útil" significa (i) em relação a qualquer obrigação que seja realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) em relação a qualquer obrigação que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo. (t) **Local de Pagamento.** Os pagamentos a que fazem jus as Notas Promissórias serão realizados em conformidade com os procedimentos da B3 para as Notas Promissórias que estejam depositadas eletronicamente na B3 ou na sede da Companhia, ou ainda em conformidade com os procedimentos adotados pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.746.948/0001-12, na qualidade de prestador de serviços de banco mandatário das Notas Promissórias ("Banco Mandatário"), conforme aplicável, nos casos em que as Notas Promissórias não estiverem depositadas eletronicamente na B3. (u) **Direito ao Recebimento dos Pagamentos.** Farão jus ao recebimento de quaisquer valores decorrentes das Notas Promissórias, os Titulares das Notas Promissórias no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. (v) **Encargos Moratórios.** Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Promissórias, sem prejuízo da Remuneração, os valores em atraso ficarão sujeitos (i) à multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% sobre o valor devido e não pago; e (ii) aos juros de mora não compensatórios calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% ao mês ou fração de mês, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, ambos incidentes sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios"). (w) **Resgate Antecipado Facultativo.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente a totalidade das Notas Promissórias ("Resgate Antecipado Facultativo"). Não será permitido o resgate parcial das Notas Promissórias. O Resgate Antecipado Facultativo deverá ser precedido de comunicação prévia endereçada pela Companhia (i) aos titulares das Notas Promissórias, nos termos da Cartula; (ii) ao Banco Mandatário; (iii) ao Custodiante; e (iv) à B3, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data estipulada do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago aos titulares das Notas Promissórias a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, acrescido (b) da Remuneração; (c) dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Emissão, até a data do Resgate Antecipado Facultativo (d) de prêmio (flat) de 1%. O pagamento das Notas Promissórias resgatadas antecipadamente, com relação às Notas Promissórias (a) que estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais e normas da B3; e (b) que não estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Banco Mandatário. Haverá incidência de prêmio (flat) de 1% sobre o Valor Nominal Unitário. As demais informações do Resgate Antecipado Facultativo serão aquelas descritas na Cartula. (x) **Repactuação Programada.** Não haverá repactuação programada das Notas Promissórias. (y) **Vencimento Antecipado.** Observado o disposto na Cartula, ficarão declaradas vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias, independentemente de notificação, na ocorrência de qualquer dos eventos descritos na Cartula para a Companhia, sua(s) coligada(s), controlada(s) ou controladora(s) ("Hipóteses de Vencimento Antecipado"), além das hipóteses legais. A Companhia deverá comunicar à B3 imediatamente após a declaração do vencimento antecipado. (z) **As demais características da Emissão e da Oferta constarão da Cartula. (ii) Autorizaram a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas sem limitação, praticar os atos necessários à: (a) celebração dos seguintes documentos, seus eventuais aditamentos e documentos que deles derivem: (1) Cartula; (2) Contrato de Colocação; e (3) outros documentos necessários à realização da Emissão, da Oferta, incluindo seus eventuais aditamentos; e (b) contratação do Coordenador Líder e de outras instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como instituição intermediária, bem como, sem limitação, do Banco Mandatário, do Custodiante, dos consultores jurídicos, e das demais instituições cuja contratação eventualmente se faça necessária para a realização da Oferta e da Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários. A Diretoria da Companhia fica também autorizada a realizar a publicação e o registro dos documentos de natureza societária ou outros relativos à Oferta e à Emissão perante os órgãos competentes, inclusive o respectivo pagamento de eventuais taxas que se fizerem necessárias. Todos os atos relativos às deliberações ora aprovadas que tenham sido praticados pela Diretoria da Companhia anteriormente à data desta Assembleia Geral Extraordinária ficam também expressamente confirmados e ratificados. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a Assembleia Geral Extraordinária encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Milton Kazuyuki Kakumoto – Presidente; Marie Higashi Kakumoto – Secretária. **Acionistas:** Fastpar Holding S.A. (p.p Milton Kazuyuki Kakumoto, Marie Higashi Kakumoto, e Julio Atsushi Kakumoto. São Paulo, 25/03/2021. Milton Kazuyuki Kakumoto – Presidente; Marie Higashi Kakumoto – Secretária.**

## Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. – Triunfo Convale

CNPJ/MF nº 10.699.392.0001-82 (Valores expressos em milhares de reais)

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**Mensagem da Administração** – Atendendo aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. – Triunfo Convale ("Triunfo Convale" ou "Companhia"), submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão

de Valores Mobiliários – CVM. A Triunfo Convale é uma empresa que foi constituída com o objetivo exclusivo de exploração do sistema rodoviário do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto sob o regime de concessão do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. Entretanto, devido à decadência dos direitos em explorar tal concessão, as atividades para as quais a Companhia foi constituída foram descontinuadas. Mais uma vez reafirmamos nossa vocação para agregar valores provenientes

tes da operação de ativos de infraestrutura na área de rodovias e estamos confiantes com a nossa estratégia nesta área. Nossas ações confirmam o compromisso com o crescimento através da adição de valor para acionistas e parceiros. Através do investimento em estudos de viabilidade e da capacidade técnica e profissional da Companhia, ratificamos nossa filosofia de crescimento utilizando sempre princípios éticos. São Paulo, 23 de março de 2021.

Balancetes Patrimoniais			
	Nota	2020	2019
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Contas a receber – partes relacionadas	3	13.450	13.456
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>13.450</b>	<b>13.456</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>13.450</b>	<b>13.456</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	4		
Capital social		27.001	27.001
Prejuízos acumulados		(13.551)	(13.545)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>13.450</b>	<b>13.456</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>13.450</b>	<b>13.456</b>
Demonstrações dos Resultados			
		2020	2019
<b>Despesas operacionais, líquidas</b>			
Despesas gerais e administrativas		(6)	(60)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(6)	(60)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(0,000)</b>	<b>(0,002)</b>

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração de outros resultados abrangentes.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**1. Contexto operacional** – A Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. – Triunfo Convale ("Triunfo Convale" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25/02/2009, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, sob o regime de concessão, do Lote nº 23 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, totalizando 143,69 km. Em 19/02/2009 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo a adjudicação da acionista TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo"), a partir de quando iniciaram o prazo de 30 dias, prorrogáveis por igual período, para constituição e para a assinatura do contrato de concessão. Em 17/04/2009, a Triunfo apresentou ao poder concedente o pedido de prazo adicional de 30 dias para a assinatura do contrato de concessão, entregando todos os documentos, inclusive a demonstração da disponibilidade dos recursos para pagamento da parcela inicial da

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Capital social		Prejuízos acúmulo líquido
		Subs- crito	A inte- gralizar	
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	4	66.856	(39.855)	(13.485)
Prejuízo do exercício		–	–	(60)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>66.856</b>	<b>(39.855)</b>	<b>(13.545)</b>
Prejuízo do exercício		–	–	(6)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>		<b>66.856</b>	<b>(39.855)</b>	<b>(13.551)</b>
Demonstrações do Valor Adicionado				
		2020	2019	
Insumos adquiridos de terceiros		(6)	(60)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6)	(60)	
Valor adicionado líquido consumido pela entidade		(6)	(60)	
Valor adicionado total a distribuir		(6)	(60)	
Distribuição do valor adicionado		(6)	(60)	
Prejuízo do exercício		(6)	(60)	

outra fixa, com exceção da garantia de performance, cuja emissão foi prejudicada por circunstâncias não gerenciáveis pela Triunfo. Em 24/04/2009 a Agência Reguladora de Transporte de São Paulo ("ARTESP") negou o pedido de prorrogação pretendido pela Triunfo, declarando a decadência do direito da Triunfo de assinar o contrato de concessão. Atualmente, o assunto encontra-se em discussão em diversas ações propostas pelas partes no âmbito do Poder Judiciário. Desta forma, as atividades para as quais a Companhia foi constituída foram descontinuadas. **2. Base de preparação e principais políticas contábeis** – As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 23/03/2021. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com

Demonstrações dos fluxos de caixa			
		2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício	(6)	–	–
Variáveis nos ativos e passivos		–	–
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais		6	11
Aumento (diminuição) dos passivos		–	–
Impostos, taxas e contribuições		–	49
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		–	–
Varição do caixa e equivalentes de caixa		–	–
Caixa e equivalentes de caixa		–	–
No início do exercício		–	–
No fim do exercício		–	–
Varição do caixa e equivalentes de caixa		–	–

base no custo histórico. **3. Operações com partes relacionadas** – As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado e seus saldos estão descritos a seguir:  
**Contas a receber**

	2020	2019
Triunfo (i)	13.450	13.456
	<b>13.450</b>	<b>13.456</b>

(i) Devolução parcial do capital aportado na Convale em razão da decadência do direito sobre a concessão. A compensação deste montante ocorrerá com a redução do capital da Companhia, que aguarda o desfecho da ação judicial interposta contra a CESCERBAS. **4. Patrimônio líquido** – a) **Capital social:** O capital social autorizado da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/04/2009 era de R\$66.856, representada por 33.428 ações ordinárias e 33.428 ações preferenciais, ambas sem valor nominal, das quais haviam sido integralizadas 27.001, proporcionalmente, no montante de R\$27.001.

Diretoria	
Carlo Alberto Bottarelli	– Diretor Presidente
Marcos Paulo Fernandes Pereira	– Diretor Administrativo Financeiro
Karina Oliveira	– Contadora CRC SP 272.816/O-8

## Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6598  
 Dólar (EUA) - 5,7042  
 Franco (Suíça) - 6,0689  
 Iene (Japão) - 0,05207  
 Libra (Inglaterra) - 7,8689  
 Peso (Argentina) - 0,06211

Peso (Chile) - 0,007825  
 Peso (México) - 0,2772  
 Peso (Uruguai) - 0,1283  
 Yuan (China) - 0,8720  
 Rublo (Rússia) - 0,07527  
 Euro - 6,73106,5958

## DÓLAR

compra/venda  
 Câmbio livre BC - R\$ 5,7036 / R\$ 5,7042 \*\*  
 Câmbio livre mercado - R\$ 5,7380 / R\$ 5,7400 \*  
 Turismo - R\$ 5,7570 / R\$ 5,9000

(\* ) cotação média do mercado  
 (\*\* ) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: 1,23%

OURO BM&F R\$ 315,800

## BOLSAS

B3 (Ibovespa) Variação: 0,91%  
 Pontos: 114.780  
 Volume financeiro: R\$ 28,386 bilhões  
 Maiores altas: Pão de Açúcar ON (11,46%), Gerdau PN (6,84%), Metalúrgica Gerdau PN (6,17%)  
 Maiores baixas: Quali-corp ON (-2,72%), Cogna Educação ON (-1,80%), JHSF ON (-0,59%)

S&P 500 (Nova York): 1,66%  
 Dow Jones (Nova York): 1,39%  
 Nasdaq (Nova York): 1,24%  
 CAC 40 (Paris): 0,61%  
 Dax 30 (Frankfurt): 0,87%  
 Financial 100 (Londres): 0,99%  
 Nikkei 225 (Tóquio): 1,56%  
 Hang Seng (Hong Kong): 1,57%  
 Shanghai Composite (Xangai): 1,63%  
 CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 2,27%  
 Merval (Buenos Aires): 0,89%  
 IPC (México): 0,78%



# Real tem pior semana desde junho de 2020 e dólar vai a R\$ 5,74

O real terminou na sexta-feira (26) com a maior desvalorização semanal ante o dólar desde a semana iniciada em 15 de junho de 2020. O dólar fechou a R\$ 5,74, maior valor desde 9 de março, quando estava a R\$ 5,79. O turismo está a R\$ 5,90.

Com a alta de 1,23% nesta sexta, a moeda terminou a semana com alta acumulada de 4,65% nesta semana, contra 5,39% há nove meses.

Segundo analistas, o aumento reflete principalmente a piora na pandemia de Covid-19 no Brasil e na Europa e a consequente deterioração das expectativas para a economia brasileira e para as contas públicas.

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou na quinta (25) que governo e parlamentares devem trabalhar juntos em maneiras de aumentar a transferência de recursos aos mais pobres, quando questionado sobre o valor do auxílio emergencial. Ele defendeu, no entanto, que a elevação dos recursos seja acompanhada de contrapartidas nas contas públicas.

Nesta semana, governadores e congressistas pressionaram o governo por quantias mais elevadas na nova rodada do auxílio.

Com o aumento do risco fiscal, o real foi a segunda que mais se depreciou no período dentre todas as divisas globais, atrás apenas da lira turca, que perdeu 10,85% do seu valor ante o dólar.

A moeda da Turquia sofreu forte depreciação depois que o presidente do país, Recep Tayyip Erdogan, substituiu, no sábado (20), o presidente do banco central local por um crítico da alta de juros. Foi a terceira vez desde 2019 que Erdogan -que pediu por taxas baixas diversas vezes- trocou o presidente do banco central turco.

Júlia Moura/Folhapress

## TPL Terminal Portuário Logístico S.A.

CNPJ/MF nº 18.237.387/0001-60

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

**Mensagem da Administração** – Atendendo aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da TPL Terminal Portuário Logístico S.A. (“TPL” ou “Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A TPL é uma empresa que atua no segmento portuário, e acredita que o crescimento do País depende de investimentos em infraestrutura. Assim, dirige suas atividades para essa área estratégica, com participação em empresa atuante no mesmo setor. Mais uma vez reafirmamos nossa vocação para agregar valores provenientes da operação de ativos de infraestrutura na área portuária e

estamos confiantes com a nossa estratégia nesta área. Nossas ações confirmam o compromisso com o crescimento através da adição de valor para acionistas e parceiros. Através do investimento em estudos de viabilidade e da capacidade técnica e profissional da Companhia, ratificamos nossa filosofia de crescimento utilizando sempre princípios éticos. São Paulo, 23 de março de 2021.

Balanco Patrimonial			
	Nota	2020	2019
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Disponibilidades		10.051	5
<b>Não Circulante</b>		<b>62.809</b>	<b>62.808</b>
Imobilizado	4	62.613	62.613
Intangível	5	196	195
<b>Total do Ativo</b>		<b>72.860</b>	<b>62.813</b>
	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>6.058</b>	<b>7.255</b>
Outras contas a pagar	6	6.058	7.255
<b>Não Circulante</b>		<b>32.307</b>	<b>31.693</b>
Outras contas a pagar	7	32.307	31.693
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>34.495</b>	<b>23.865</b>
Capital social		26.541	26.541
(-) Capital social a integralizar		(1)	(1)
Adiantamento para futuro aumento de capital		13.190	1.637
Prejuízos acumulados		(5.235)	(4.312)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>72.860</b>	<b>62.813</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**1. Contexto operacional** – A TPL – Terminal Portuário Logístico S.A. (“TPL” ou “Companhia”) foi constituída em 30/01/2013 com a denominação Santa Cruz Participações e Investimentos S.A., sob a forma de uma sociedade anônima fechada, cujo objeto social consiste na participação da Companhia, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades, empresariais ou civis, a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades e prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral. A sede da Companhia fica localizada na Rua Olimpíadas, nº205, cj. 1402 na Cidade de São Paulo/SP. Em 29/04/2019, os acionistas deliberaram por unanimidade pela alteração da denominação da social da Companhia para TPL Terminal Portuário Logístico S.A. Atualmente estão sendo desenvolvidos projetos pela Companhia e sua acionista para a implantação de um porto privado na região de Santos/SP. A Companhia encontra-se, portanto, em fase pré-operacional. **2. Base de preparação e principais políticas contábeis** – As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 23/03/2020. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. **2.3. Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela Companhia de seus acionistas destinados a serem utilizados para aumento de capital. A Companhia classifica esses recursos em seu patrimônio líquido, pois há clara intenção de capitalização dos valores. **3. Principais usos de estimativas e julgamentos** – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4. Imobilizado** – No decorrer dos anos de 2013 a 2019 a Companhia adquiriu terrenos em terreno de 360.096 metros quadrados e eventuais direitos decorrentes, localizado em Santos, no estado de São Paulo, o valor da operação é de R\$62.613.

Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamentos para futuro aumento de capital
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	21.567	(1)	4.968
Integralização de capital	4.974	–	(4.974)
Adiantamento futuro aumento de capital	–	–	1.643
Prejuízo do exercício	–	(3.504)	–
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	26.541	(1)	1.637
Integralização de capital	–	–	–
Adiantamento futuro aumento de capital	–	–	11.553
Prejuízo do exercício	–	(923)	–
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	26.541	(1)	13.190

Demonstração do Resultado			
	2020	2019	
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	(19)	(37)	
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(19)	(37)	
Resultado financeiro	161	–	
Receitas financeiras	(1.065)	(3.467)	
(-) Despesas financeiras	(923)	(3.504)	
Prejuízo líquido do exercício	(923)	(3.504)	
Prejuízo líquido do exercício – básico e diluído – por ação – em Reais	(0,0348)	(0,1320)	

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração de outros resultados abrangentes. **Terrenos**  
Parcela Quitada 28.540 27.036  
Saldo Parcelado 24.522 26.056  
Valor Condicionado 9.521 9.521  
**Total 62.613 62.613**  
Efetuamos o pagamento de R\$ 28.540, o valor de R\$ 24.522 será pago em 8 parcelas anuais e R\$ 9.521 serão pagos em 2024, ou R\$ 19.000 se forem alcançados marcos contratuais até esta data. A área deverá ser destinada para implantação de terminal portuário, mas mantendo o compromisso com a preservação de caixa da Companhia, especialmente no curto prazo. **5. Intangível** – Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e/ou perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. As adições ao intangível referem-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Portos. Não ocorreram baixas ou transferências de nenhuma natureza. **6. Contas a Pagar** – A Companhia adquiriu terrenos na área portuária de Santos/SP e parte dos valores está sendo paga em prestações anuais, sendo que, deste total, R\$9.521 somente serão devidos se forem alcançados determinados marcos contratuais até 2023.

Diretoria		
Carlo Alberto Bottarelli Diretor Presidente	Dorival Pagani Junior Diretor Administrativo Financeiro	Karina Oliveira Contadora CRC SP 272.816/0-8

## TPI Log S.A.

CNPJ/MF nº 10.228.616/0001-78

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

**Mensagem da Administração** – Atendendo aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da TPI-Log S.A. (“TPI-Log” ou “Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela

Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A TPI-Log é uma empresa que atua no segmento portuário, e acredita que o crescimento do País depende de investimentos em infraestrutura. Assim, dirige suas atividades para essa área estratégica, com participação em empresa atuante no mesmo setor. Mais uma vez reafirmamos nossa vocação para agregar valores provenientes da operação de ativos de infraestrutura na área portuária e estamos

confiantes com a nossa estratégia nesta área. Nossas ações confirmam o compromisso com o crescimento através da adição de valor para acionistas e parceiros. Através do investimento em estudos de viabilidade e da capacidade técnica e profissional da Companhia, ratificamos nossa filosofia de crescimento utilizando sempre princípios éticos. São Paulo, 23 de março de 2021.

Balancos Patrimoniais					
	Nota	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Despesa do exercício seguinte		–	–	15	6
<b>Não Circulante</b>		<b>78.880</b>	<b>78.897</b>	<b>78.865</b>	<b>78.891</b>
Investimento		378.880	78.897	–	–
Imobilizado	4	–	–70.292	70.318	–
Intangível	5	–	–8.573	8.573	–
<b>Total do ativo</b>		<b>78.880</b>	<b>78.897</b>	<b>78.880</b>	<b>78.897</b>
	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Passivo</b>		<b>678.880</b>	<b>78.897</b>	<b>78.880</b>	<b>78.897</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>57.829</b>	<b>57.829</b>	<b>57.829</b>	<b>57.829</b>
Capital social		20.764	29.840	20.764	29.840
Reservas de capital		–	3.306	–	3.306
Reservas Legal		–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital		287	182	287	182
Prejuízos acumulados		(12.260)	–	(12.260)	–
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>78.880</b>	<b>78.897</b>	<b>78.880</b>	<b>78.897</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**1. Contexto operacional** – A TPI-Log S.A. (“TPI-Log” ou “Companhia”) foi constituída em 11/07/2008, sob a forma de uma sociedade anônima fechada, e tem por objeto social a participação, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades empresariais ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades e prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral. A sede da Companhia fica localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, cj. 1402, na Cidade de São Paulo/SP. A Companhia detém o controle acionário na empresa TPB – Terminal Portuário Brites LTDA. (“TPB”), que tem por objeto específico atuar no segmento portuário. A TPB é detentora de terreno na área portuária de Santos. **2. Base de preparação e principais políticas contábeis** – A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 23/03/2020. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. **2.2. Base de elaboração:** As Demon-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	57.492	29.840	3.306
Aumento de capital	337	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	(81)
Destinações: Absorção do prejuízo em reservas	–	–	(19.719)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	57.829	29.840	3.306
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	(122)
Destinações: Absorção do prejuízo em reservas	–	–	(3.306)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	57.829	20.764	–

Demonstrações dos Resultados					
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Gerais e administrativas	(13)	(17)	(95)	(80)	
Depreciação do imobilizado (despesa)	–	–	(27)	(1)	
Resultado de equivalência patrimonial	(109)	(64)	–	–	
Prejuízo líquido do exercício	(122)	(81)	(122)	(81)	
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	(122)	(81)	(122)	(81)	
Quantidade de ações (lotes de mil)	57.829	57.829	57.829	57.829	
Prejuízo líquido do exercício – básico e diluído – por lote de mil ações	(0,0021)	(0,0014)	(0,0021)	(0,0014)	

trações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. **2.3. Bases de consolidação:** A Companhia possui 100% de participação na TPB e, portanto, as Demonstrações Financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de sua controlada, que é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. O exercício social e as Demonstrações Financeiras da controlada incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela Controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. **2.4. Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3. Investimentos** – A Companhia está apresentando o total do investimento na controlada TPB em suas demonstrações financeiras.

Movimentação do investimento permanente		Aportes de capital e aquisições		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos permanentes 2020		Resultado de equivalência patrimonial 2019	
Investimento	Investimentos permanentes 2019	Investimentos permanentes 2020	Investimentos permanentes 2019	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos permanentes 2020	Resultado de equivalência patrimonial 2019	Investimentos permanentes 2020	Resultado de equivalência patrimonial 2019	Investimentos permanentes 2019
TPB	78.897	92	78.880	(109)	78.880	(64)	78.880	(64)	78.897
<b>Total Investimentos</b>	<b>78.897</b>	<b>92</b>	<b>78.880</b>	<b>(109)</b>	<b>78.880</b>	<b>(64)</b>	<b>78.880</b>	<b>(64)</b>	<b>78.897</b>

Saldos de ativo passivo e resultado da controlada em 31/12/2020

Empresa	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
TPB	15	78.865	–	–	78.880	(122)

**4. Imobilizado**  
Custo  
Saldo em 31/12/2019 70.200 118 70.318  
Construções/Aquisições – – – –  
Saldo em 31/12/2020 70.200 118 70.318  
Depreciação  
Saldo em 31/12/2019 – (1) (1)  
Depreciação – (26) (26)  
Saldo em 31/12/2020 – (27) (27)  
Valor residual líquido  
Saldo em 31/12/2019 70.200 118 70.318  
Saldo em 31/12/2020 70.200 92 70.292  
Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada. Não há expectativas de perdas ao valor recuperável nos

Demonstração do Fluxo de Caixa			
	2020	2019	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do período	(923)	(3.504)	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	921	3.370	
Varição monetária de contratos de aquisição de ativos operacionais	(2)	(134)	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de bens do imobilizado	(1.505)	(1.504)	
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(1.505)	(1.504)	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11.553	1.643	
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	11.553	1.643	
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.046</b>	<b>5</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>			
No início do período	10.051	5	
No fim do período	10.046	5	

Demonstrações do Valor Adicionado			
	2020	2019	
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19)	(37)	
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>(19)</b>	<b>(37)</b>	
<b>Valor Adicionado Líquido Recebido em Transfêrência</b>	<b>(19)</b>	<b>(37)</b>	
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>(19)</b>	<b>(37)</b>	
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>			
Juros	904	–	
Prejuízo do exercício	(923)	(37)	
	2020	2019	
Contas a pagar – Aquisição de terrenos	34.073	35.577	
Atualização Monetária	4.292	3.371	
	38.365	38.948	
Parcela do circulante	6.058	7.255	
Parcela do não circulante	32.307	31.693	

**7. Patrimônio líquido** – a) **Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2020 é de R\$26.541 dividido em 26.541.000 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) **Adiantamentos para futuro aumento de capital:** A Companhia recebeu em 2020 da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. a quantia de R\$11.553 por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital, que deverão ser utilizados para quitação dos terrenos, bem como para o desenvolvimento dos projetos do segmento portuário.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(13)	(17)	(104)
Resultado de equivalência patrimonial	(122)	(81)	(122)
Depreciação do imobilizado	–	–	27
<b>(Aumento) diminuição dos ativos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Ganhos e perda de capital	–	–	–
Aumento (diminuição) dos passivos	–	–	(15)
Fornecedores	–	–	(9)
Outras variações de ativos e passivos	(92)	(189)	(118)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(92)</b>	<b>(189)</b>	<b>(119)</b>
Aquisição de bens do imobilizado	–	–	(11

# Publicidade Legal

## Saúde Latam Holding S.A.

CNPJ/MF nº 22.932.716/0001-60

### Relatório da Administração

A administração da Saúde Latam Holding S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Cidade Jardim, 803, 9º andar, sala G, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.932.716/0001-60 ("Companhia"), submete à apreciação de seus acionistas este relatório correspondente às atividades e resultados da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2019. Os negócios e principais fatos administrativos ocorridos nos exercícios encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2019 envolvendo a Companhia, bem como a descrição e os comentários da administração acerca dos destaques dos resultados da Companhia encontram-se resumidos a seguir. **Desempenho da Companhia:** O resultado da Companhia no exercício de 2020, assim como grande maioria das empresas brasileiras sofreu impactos relevantes decorrentes da pandemia mundial da COVID-19. Os efeitos da COVID-19 no mercado de saúde em oftalmologia estão diretamente relacionados a restrição de circulação e estados de lockdown nas praças em que a Companhia está inserida. Além disso mais de 50% da receita do Grupo advém da prestação de serviços para o público acima de 60 anos, sendo este o mesmo público que mais sofreu com os impactos negativos da Covid-19. Os maiores impactos decorrentes da pandemia foram sentidos no segundo e no terceiro trimestre, com o quarto trimestre já sinalizando uma retomada aos níveis de operação pré-pandemia decorrente das iniciativas para retomada dos pacientes aos hospitais, tele-

medicina, entre diversas ações praticadas para recuperação de receita. O quarto trimestre se firmou como um *ramp-up* importante para a operação de 2021 performar em linha com o orçamento previsto. Além disso, como medida imediata para perda de receita operacional foi implementado pela companhia um plano de contingência no qual foram readequados todos os investimentos, despesas e custos de acordo com o novo cenário de operação formatado pela pandemia. Assim a companhia conseguiu passar pela pandemia com uma posição de caixa saudável, baixos gastos e fortes frentes de cobrança de recebíveis. Em 2020, a receita operacional líquida da Companhia teve uma redução frente 2019, passando de R\$ 338.964 mil para R\$ 305.844 mil. Em 2019 a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 26.087 e em 2020 um prejuízo de R\$ 5.130. Em 2020 o Grupo realizou a aquisição da Oftalmax Hospital de Olhos que marcou sua entrada no mercado de Pernambuco. Com isso, a Companhia soma 21 marcas, 44 unidades situadas em 6 estados do Brasil, além do Distrito Federal. **Demais atos e eventos relevantes:** Na opinião da administração, todos os atos e eventos relevantes para a análise do resultado da Companhia encontram-se descritos acima de maneira clara, completa e correta neste relatório e nas demonstrações financeiras da Companhia arquivadas em sua sede.

A Administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Patrimônio Participação				
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Transações de capital	Distribuição de dividendos	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
	2020	2019	2020	2019								
<b>Circulante</b>	<b>3.953</b>	<b>37</b>	<b>137.005</b>	<b>128.243</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	3.872	1	11.514	11.647	168.625	(5.554)	-	-	(1.704)	161.367	102.807	264.174
Contas a receber	-	-	91.429	84.595	35.600	-	-	-	-	35.600	-	35.600
Estoques	-	-	15.709	15.144	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	44	2	6.231	5.319	-	(4.597)	-	-	-	(4.597)	(2.005)	(6.602)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	2.855	5.315	-	-	-	-	16.183	16.183	9.904	26.087
Outros ativos	37	34	9.267	6.223	-	-	-	809	(809)	-	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>246.470</b>	<b>217.007</b>	<b>554.059</b>	<b>493.232</b>								
Impostos diferidos	-	-	6.571	4.997	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantia de reembolso de contingência e depósitos judiciais	-	-	136.032	102.383	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	6.353	1.134	1.247	1.237	-	-	-	-	-	(2.202)	6.123	3.921
Outros créditos	-	-	1.743	1.524	-	(2.202)	-	-	-	(2.165)	(2.965)	(5.130)
Investimentos	240.117	215.872	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	77.600	63.945	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	263.923	243.362	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo de direito de uso	-	-	66.943	75.784	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>250.423</b>	<b>217.044</b>	<b>691.064</b>	<b>621.475</b>								
<b>Passivo</b>	<b>117</b>	<b>38</b>	<b>128.854</b>	<b>110.012</b>								
<b>Circulante</b>	<b>27</b>	<b>35</b>	<b>37.794</b>	<b>43.910</b>								
Fornecedores	-	-	7.526	1.483	(1.095)	(652)	(95.817)	(83.194)	-	-	(18.407)	(24.329)
Empréstimos e financiamentos	-	-	10.838	9.432	(1.117)	16.825	(4.239)	(3.504)	-	-	(275)	(3.018)
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	(2.212)	16.173	(92.526)	(81.632)	-	-	(42)	(863)
Contas a pagar - aquisições de empresas	-	-	27.016	15.636	-	-	-	-	-	-	(2)	(3.237)
Obrigações sociais e trabalhistas	90	-	17.007	20.752	-	-	-	-	-	(4)	(768)	(5.249)
Obrigações tributárias	-	-	14.249	14.986	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	3.798	3.095	-	-	-	-	-	(7)	23	(9.307)
Outros passivos	-	-	10.626	718	(2.212)	16.173	11.525	44.324	-	(90)	3	(508)
<b>Não circulante</b>	<b>8.420</b>	<b>8.453</b>	<b>206.460</b>	<b>192.204</b>								
Fornecedores	-	-	-	633	74	10	600	1.124	-	(3)	3	(508)
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.503	1.363	(27)	10	(9.277)	(9.547)	-	-	(188)	3.305
Arrendamento mercantil	-	-	63.970	69.526	47	10	(8.677)	(8.423)	-	-	-	-
Contas a pagar - aquisições de empresas	-	-	1.237	10.527	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	1.797	2.722	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	8.420	8.453	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	134.866	103.816	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	3.087	3.617	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>241.886</b>	<b>208.553</b>	<b>355.750</b>	<b>319.259</b>								
Capital social	241.925	204.225	241.925	204.225	-	-	-	-	-	-	-	-
Transação de capital	(12.353)	(10.151)	(12.353)	(10.151)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	809	809	809	809	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	137	137	137	137	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros acumulados	11.368	13.533	11.368	13.533	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>241.886</b>	<b>208.553</b>	<b>241.886</b>	<b>208.553</b>								
Participação de acionistas não controladores	-	-	113.864	110.706	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>250.423</b>	<b>217.044</b>	<b>691.064</b>	<b>621.475</b>								

Karla Maciel Dolabella - Diretora Financeira  
Daiani Cristini Battisti Schulze - Contadora CRC SC-034158/O

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da Saúde Latam Holding S.A. - São Paulo (SP) **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saúde Latam Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Blumenau, 03 de março de 2021.

Ernst & Young  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP 015.199/O-6

Cleverson Luis Lescowicz  
Contador  
CRC SC 027.535/O-0

# BNDES fará devolução antecipada de R\$ 62 bi ao Tesouro, mais R\$ 54,2 bi em 2022



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) confirmou a devolução antecipada de R\$ 62 bilhões este ano para o Tesouro Nacional, totalizando R\$ 100 bilhões em 2021, e mais R\$ 54,2 bilhões em 2022, conforme antecipado pelo Broadcast há uma semana.

O documento com a proposta, acordada com o Ministério da Economia, foi encaminhado hoje para o Tribunal de Contas da União, informou o BNDES em nota.

O banco informou ainda que o saldo remanescente das dívidas com o Tesouro contempladas no plano é de aproximadamente R\$ 116,2 bilhões, sendo R\$ 13,5 bilhões de Instrumentos Especiais de Capitais Próprios - IECP (híbridos) e R\$ 102,7 bilhões de contratos mútuos.

Ano passado, o BNDES pagou ao Tesouro R\$ 16 bilhões em devoluções da amortização ordinária da dívida com a União. Não houve pagamentos antecipados em 2020. As devoluções foram suspensas por causa da crise causada pela covid-19. Em outubro passado, porém, o Ministério da Economia voltou a negociar devoluções antecipadas a partir deste ano, pedindo os R\$ 100 bilhões ao BNDES, como resvelo o Broadcast na ocasião.

## Investimento estrangeiro direto em fevereiro é o maior para o mês desde 2011, diz BC

Os investimentos diretos de estrangeiros no país somaram US\$ 9 bilhões em fevereiro, mês anterior ao endurecimento de medidas de restrição diante do agravamento da pandemia de Covid-19. O valor é o maior para o mês desde 2011.

Os dados foram divulgados pelo BC (Banco Central) nesta sexta-feira (26). O volume é cinco vezes o registrado em janeiro, de US\$ 1,8 bilhão

e está acima da estimativa da autoridade monetária, que era de US\$ 6,5 bilhões.

A modalidade, no entanto, ainda não recuperou os patamares observados antes da pandemia no acumulado dos 12 meses porque esse tipo de aplicação foi afetada pela crise sanitária.

No período, os investimentos totalizaram US\$ 39,8 bilhões, o equivalente a 2,75% do PIB (Produto Interno Bruto). O montante,

é quase metade do registrado no mesmo período de 2020, de US\$ 65 bilhões.

Os investimentos diretos, diferentemente das aplicações em ações e títulos públicos, são feitos por empresas que estabelecem um relacionamento de médio e longo prazo com o país e são menos voláteis em crises momentâneas por envolver decisões mais duradouras.

Larissa Garcia/Folhapress

IstoéDinheiro

## O plano da MRV para ir além do popular e entregar R\$ 18 bilhões em vendas

Não são poucos os operários nas mais de 600 obras em andamento no portfólio da MRV&CO. Longe dos cantos, no entanto, um outro batalhão vem ganhando visibilidade na empresa, um dos principais grupos de construção e incorporação do País.

O time em questão reúne mais de 300 pessoas, de diferentes áreas, em 35 squads. Sua missão? Pensar e desenvolver produtos e serviços que permitam à companhia ir além da entrega das chaves e estender seu relacionamento com os moradores dos seus empreendimentos.

“Queremos estar presentes na vida do nosso cliente não mais por dois, mas por 20 anos”, diz Rafael Menin, co-presidente da MRV&CO, em entrevista ao Conexão CEO (vídeo completo acima). “É propiciar que ele possa percorrer toda a sua jornada de moradia dentro da MRV&CO.”

Com R\$ 130 milhões reservados para este ano, os squads são apenas um dos pilares da transformação da empresa, expressa na construção de um ecossistema com diferentes ofertas de habitação e no plano de saltar de um Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 7,5 bilhões, em 2020, para R\$ 18 bilhões, em 2025.

Além do segmento pelo qual ficou conhecida, dos empreendimentos residenciais populares, essa mudança também se traduz em quatro negócios consolidados desde 2017: a Urba, de loteamentos; a Sensia, de projetos para classe média; a Luggo, de locação de apartamentos equipados, decorados e com serviços compartilhados; e a AHS, a versão desse último modelo no mercado americano.

Neofeed

## Juno Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 18.252.691/0001-86

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

**Mensagem da Administração** – Atendendo aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da Juno Participações e Investimentos S.A. (“Juno” ou “Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Juno é uma empresa que atua no segmento de participações da companhia, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades, e acredita que o crescimento do País depende de investimentos em infraestrutura. Assim, dirige suas atividades para essa área estratégica, com participação em empresa atuante no mesmo setor. Mais uma vez reafirmamos nossa vocação para agregar valores prove-

nientes da operação de ativos de infraestrutura, estamos confiantes com a nossa estratégia nesta área. Nossas ações confirmam o compromisso com o crescimento através da adição de valor para acionistas e parceiros. Através do investimento em estudos de viabilidade e da capacidade técnica e profissional da Companhia, ratificamos nossa filosofia de crescimento utilizando sempre princípios éticos. São Paulo, 23 de março de 2021.

Balanco Patrimonial			
	Nota	2020	2019
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		1.704	–
Partes relacionadas		1.704	–
<b>Ativo permanente</b>		29.964	25.261
Investimentos	4	29.964	25.261
<b>Total do ativo</b>		31.668	25.261
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Patrimônio Líquido</b>	Nota	2020	2019
Capital social		67	67
Reserva Legal		13	13
Lucros acumulados		31.588	25.181
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		31.668	25.261

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**1. Informações sobre a Companhia** – A Juno S.A. (“Juno” ou “Companhia”) foi constituída em 30 de janeiro de 2013 com a denominação Juno Participações e Investimentos S.A., sob a forma de uma sociedade anônima fechada, e tem por objeto social a participação, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades empresariais ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades e prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral. A sede da Companhia fica localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, cj. 1402, na Cidade de São Paulo/SP. A Companhia possui participação nas sociedades Tijoá e CSE, descritas abaixo. a) Tijoá: A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (“Tijoá”) tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos é a maior usina construída no Rio Tietê e está localizada entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto, no estado de São Paulo, a 28 km da confluência com o Rio Paraná. Possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios. Sua barragem tem 3.640 m de comprimento e seu reservatório mede 785 km² e possui duas eclusas para navegação. O primeiro termo de concessão encerrou em novembro de 2011 e, com o advento da MP nº 579/12, depois convertida na Lei nº 12.783/13, que ofereceu à CESP – Cia Energética de São Paulo, então concessionária da usina, a possibilidade de antecipação da renovação da concessão, além de estabelecer condições específicas para a antecipação dessas renovações. Em dezembro de 2012 os acionistas da CESP decidiram pela não renovação da concessão e a UHE Três Irmãos foi relicitada. Assim a UHE Três Irmãos foi a primeira a ser relicitada nos termos da Lei nº 12.783/13. O leilão ocorreu em 28 de março de 2014 e a proposta vencedora foi apresentada pelo Consórcio Novo Oriente, composto por Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), com 49,9%, e pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinópolis (“FIP Constantinópolis”), com 50,1%. Em 10 de setembro de 2014 a Tijoá assinou o Contrato de Concessão nº 003/2014-MME-UHE Três Irmãos, e, após um mês de operação assistida, assumiu a operação da usina. Em agosto de 2014, a Juno concluiu a aquisição de 100% das quotas do FIP Constantinópolis e, portanto, passou a deter a participação indireta de 50,1% na Tijoá. Com a extinção do FIP Constantinópolis em julho de 2016, a Companhia passou a ter participação direta no negócio. Adicionalmente, em 22 de outubro de 2014 foi firmado com o DNIT o Contrato de Operação e Manutenção das Eclusas e de Operação do Canal de Pereira Barreto, para permitir continuidade da navegabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná. A partir do mês de julho de 2018, a Companhia passou a ser beneficiada pela Resolução Normativa nº 818/2018, que dispõe sobre a revisão da receita anual de geração das usinas enquadradas no regime de

cotas de garantia física e potência, conhecida como GAG Melhoría, com o objetivo de fazer face aos investimentos em melhorias ao longo do período de concessão. Com esta alteração, a Tijoá apresenta um aumento médio de 50% da receita de geração no trimestre. b) CSE: O CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A. (CSE) foi constituído em 29 de outubro de 2013 para prestação de serviços no segmento de geração e transmissão de energia e tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro. O CSE tem como proposta oferecer serviços de administração, operação e manutenção (AO&M) para as empresas de geração e de transmissão de forma competitiva e eficiente. Ele deve atender as demandas corporativas e operacionais, incorporando de forma contínua a visão das necessidades do cliente com um elevado nível de inteligência de gestão. Sendo assim, o CSE está estruturado de forma a oferecer produtos padronizados, com gestão e controle adequados. Para atender a demanda de seus clientes, o CSE conta com quadro de profissionais capacitados para planejamento de engenharia de operação e de manutenção, engenharia do proprietário, gestão ambiental e fundiária, treinamento, apoio administrativo de modo a permitir a supervisão da operação do dia a dia dos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. Assim como a Tijoá, a investida CSE é organizada na forma de uma sociedade anônima de direito privado, e conta com os acionistas Juno (50,1%) e Furnas (49,9%).

**2. Base de preparação e principais políticas contábeis** – As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 23 de março de 2020. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. **2.3. Bases de consolidação e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis:** A Juno é acionista das empresas Tijoá e CSE, com 50,1% de participação acionária. Com base no valor de participação da Companhia, e ainda conforme CPC 36 (R3)/IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2)/IFRS 11 – Negócios em Conjunto, a Administração concluiu que sua

Demonstração do Resultado			
	Nota	2020	2019
Resultado de equivalência patrimonial	4	32.843	30.039
<b>Lucro Operacional</b>		<b>32.843</b>	<b>30.039</b>
<b>Lucro do exercício</b>		<b>32.843</b>	<b>30.039</b>
Lucro por ação		490,19	448,34

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro do exercício	32.843	30.039
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>		
Equivalência Patrimonial	(32.843)	(30.039)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	–	–
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos	26.436	24.377
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	26.436	24.377
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(26.436)	(24.377)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(26.436)</b>	<b>(24.377)</b>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	–	–

participação acionária não lhe assegura o poder de direcionar as atividades da entidade. Consequentemente, as investidas não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem como controladas em conjunto. As controladas em conjunto da Companhia estão apresentadas a seguir:

Companhias	Participação (%)	
	2020	2019
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	50,1%	50,01%
CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A.	50,1%	50,01%

**2.4. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

**3. Principais usos de estimativas e julgamentos** – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**4. Investimentos**

	2020	2019
Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial
Tijoá	29.179	22.073
CSE	785 (123)	3.188
<b>Total investimentos</b>	<b>29.964</b>	<b>25.261</b>

**5. Patrimônio líquido** – a) **Capital social:** Em 31 de dezembro 2020 e 2019, o capital social subscrito está composto por ações, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, ficando assim distribuída entre as acionistas:

Subscritas Integralizadas	2020	
	%	
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	67	67 100,00
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>67 100,00</b>

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. c) **Distribuição de dividendos:** O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Foram distribuídos em 2020 R\$25.181 referente a retenção de lucros de 2019 e R\$1.255 de dividendos intercalares de 2020.

**Diretoria**

Carlo Alberto Bottarelli – Diretor Presidente  
Luiz Eduardo Barros Manara – Diretor Administrativo Financeiro  
Contadora: Karina Oliveira – CRC SP 272.816/O-8

## Gol: fusão foi aprovada por mais de 80% dos minoritários de Smiles



Depois de tanto aperto e tumulto, a proposta da Gol para incorporar a Smiles foi aprovada pelos investidores praticamente de lavada. Pode até não parecer para quem olha rapidamente os dados do encontro, mas uma análise mais detalhada aponta que o resultado foi surpreendentemente positivo. A partir de agora, as companhias serão unificadas.

A Gol está avaliada em R\$ 7,2 bilhões na B3 e a Smiles, em R\$ 3,1 bilhões. Mas aqui também a matemática não é óbvia. Portanto, não se trata de uma simples soma dos valores de mercado. Assim como não é adição linear de receitas ou de Ebitda. O efeito sobre geração de caixa é, inclusive, maior do que parece, pois vem acompanhado de sinergias fiscais.

O dado rápido mostra que 51,5% dos minoritários da Smiles aprovaram a incorporação depois que a Gol melhorou as condições e avaliou

a ação da companhia de fidelidade em R\$ 27 – ante R\$ 22,32 da proposta anunciada em dezembro do ano passado e atualizada em fevereiro. O aumento foi, portanto, perto de 21%.

Parece uma aprovação de raspão, uma vez que a transação dependia de aval da maioria das ações em circulação no mercado. E é. Mas não é apenas isso.

A assembleia contou com a presença de 63% do capital da Smiles disperso em bolsa — ou seja, desconsiderando a fatia da Gol, como controladora. Então, o resultado significa que houve mais de 5 votos positivos para cada não — precisamente, 5,22. Dos presentes, quase 82% foram a favor, 15,7% foram contra e 2,7% se abstiveram. Para o barulho existente, o saldo foi para lá de positivo para o grupo e as discussões sobre governança. Embora, o histórico “machucado” do mercado sempre fique, após uma transação tão arrastada. Exame

**Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64

**Relatório da Administração – 2020**

**1. Aos Acionistas** – Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do ano de 2020, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a transparência da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2. Introdução – 2.1. A Transbrasiliana:** A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia" ou "Triunfo Transbrasiliana") é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20/07/2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) Km 183 + 800 metros, Município de Lins – Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. – TPI ("Triunfo" ou "Controladora"), controladora da BRVias Holding TBR S.A., Companhia aberta de capital nacional, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, sob a categoria "B", sem ações negociáveis no mercado. Em setembro de 2014, a Triunfo firmou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da empresa detentora de 100% do capital social da Companhia. Dessa forma, desde 05/01/2015, o trecho paulista da rodovia BR-153 passou a ser Triunfo Transbrasiliana. Neste período a Companhia realizou diversos investimentos, além de gerar emprego e renda para as cidades lideiras. São mais de 400 trabalhadores que atuam diretamente na operação e administração da rodovia, sendo 22 municípios lideiros que originam os funcionários. Com suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Triunfo Transbrasiliana administra o trecho de 321,6 quilômetros de extensão da Transbrasiliana no estado de São Paulo. Iniciando no município de Icó, divisa com o estado de Minas Gerais, e terminando na cidade de Ourinhos, divisa com o estado do Paraná, a rodovia passa por 22 municípios. Importante corredor viário para o escoamento de mercadorias e com interligações rodovias estaduais, a via recebe em média 23,6 milhões de veículos equivalentes a cada ano. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – DIVISA SP/PR, até 17/02/2033. Extinta a concessão retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia atualmente opera com 04 (quatro) praças de pedágio: P1 localizada no Km 35+800 em Onda Verde, P2 localizada no Km 98+900 em José Bonifácio, P3 localizada no Km 183+800 em Lins e a P4 localizada no Km 268+100 em Vera Cruz. Também estão em operação 07 (sete) Bases de Serviços Operacionais: BSO1 localizada no Km 23+700 em Nova Granada, BSO2 localizada no Km 71+800 em São José do Rio Preto, BSO3 localizada no Km 122+500 em Ubarana, BSO4 localizada no Km 173+700 em Guaiçara, BSO5 localizada no Km 217+500 em Marília, BSO6 localizada no Km 278+300 em Ocaçu e BSO7 localizada no Km 322+700 em Ribeirão do Sul.

**2.2. Destaques do Ano:** A atividade econômica brasileira fechou 2020 com redução de 4,05% do PIB em relação a 2019, a taxa de desemprego de 2020 foi estimada em 14,4%, contra 11,9% de 2019, o que corresponde a cerca de 13,8 milhões de desempregados, afetando diretamente a renda das famílias. Em função da lenta retomada do crescimento econômico e com a pandemia do novo coronavírus (Covid19). Como forma de mitigar os efeitos desse impacto, a Companhia promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos. A seguir, os destaques do ano de 2020: **2.2.1. Sustentabilidade:** Na Triunfo Transbrasiliana, a sustentabilidade constitui parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde a empresa está inserida, investindo em iniciativas e projetos que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade. A Concessionária também conta com o apoio do Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas da Triunfo Participações e Investimentos – TPI gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à Infância e Cultura. **2.2.2. Responsabilidade Social:** A Companhia atua por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. Mensalmente são realizadas campanhas educativas que abordam temas como os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas acarretados com o descarte irregular de lixo na estrada, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros. Além disso, a Triunfo Transbrasiliana desenvolve projetos e contribui para o desenvolvimento social: • A Concessionária faz parte da Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa que engaja o setor empresarial em ações voltadas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030; • A Triunfo Transbrasiliana é signatária do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras. Em parceria com a Childhood Brasil, a Concessionária faz parte do programa Na Mão Certa desde 2015 que tem como objetivo promover uma ampla união de esforços para acabar com a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras; • A Concessionária adota a causa da proteção à infância por meio do projeto "Agentes de Proteção. Lançado em 2018, com apoio do Instituto Triunfo, o projeto que é premiado e reconhecido capacitou todos os profissionais da Companhia para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias; • A Concessionária reforça o compromisso de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Conhecido como o dia nacional de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, o dia 18 de maio é uma data marcada por ações de conscientização sobre o tema. Nessa data, a campanha Faça Bonito é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. A campanha é uma mobilização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; • Em parceria com o Instituto Triunfo, a Triunfo Transbrasiliana iniciou em 2018 o projeto Educação para Sustentabilidade que estimula alunos a desenvolverem iniciativas de impacto social por meio de uma plataforma online que auxilia na criação e no planejamento estratégico de negócios empreendedores, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto já beneficiou alunos de Lins, São José do Rio Preto e Bady Bassitt; • Em parceria com o Serviço Social da Indústria – Sesi, a Concessionária é uma das empresas madrinhas do programa Atleta do Futuro que incentiva a prática esportiva de crianças e adolescentes em diversas modalidades, além de promover a inclusão social e a cidadania. Alunos dos municípios lideiros Guaiçara, Getulina e Promissão participam do programa; • Um Freio na Form: a campanha de arrecadação de alimentos faz parte de algumas das ações da entidade de atuação social da Triunfo Participações e Investimentos, o Instituto Triunfo. Todo final de ano, em dezembro, os profissionais da Concessionária arrecadam alimentos que são destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas por uma instituição beneficente ao longo da BR-153/SP; • Operação Inverno: a campanha, coordenada pelo Instituto Triunfo, é focada na arrecadação de roupas de frio e cobertores para profissionais da empresa. Todas as doações são destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social de municípios lideiros com baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH; • Maio Amarelo: a Concessionária é apoiadora do movimento que chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito. Durante todo o mês de maio, o tema se torna uma campanha educativa sobre segurança viária que é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. **2.2.3. Responsabilidade Ambiental:** A Concessionária desenvolve dez programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação ao longo do trecho paulista da BR-153. São eles: 1) Plano de Ação de Emergência (PAE); 2) Programa de Conscientização para Ocupação da Faixa de Domínio (PCONS); 3) Programa de Comunicação Social (PCS); 4) Programa de Educação Ambiental (PEA); 5) Programa de Gestão Ambiental (PGA); 6) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); 7) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PLMRPA); 8) Programa de Monitoramento de Atrópelamento da Fauna (PMAF); 9) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH); 10) Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (PRAPP). Além dos programas, a empresa possui projetos voltados às comunidades lideiras com o objetivo de deixar um legado ambiental, como: • **Nascentes de Vida:** o projeto promove a educação ambiental, com foco na proteção das nascentes, junto às crianças da rede municipal de ensino de Lins (SP). Realizado no Horto Municipal de Lins, os alunos fazem uma trilha ecológica, aprendem sobre a importância de preservar os recursos hídricos e confeccionam um mini terrário, no qual adquirem conhecimentos sobre o ciclo da água. Iniciado em 2018, o projeto atendeu quase 2 mil alunos da rede pública de ensino; • **Programa de Multiplicadores em Educação Ambiental:** Desde 2015, a Concessionária capacita os professores da rede pública para ensinar seus alunos sobre como devem preservar o meio ambiente com o programa "Multiplicadores em Educação Ambiental". O objetivo é incentivar o desenvolvimento de ações ambientais adequadas à realidade das comunidades. Os educadores participam de atividades teóricas e práticas sobre o meio ambiente que são divididos em quatro módulos e que resultam na edição do Caderno do Professor. **2.2.4. Responsabilidade Econômica:** A Triunfo Transbrasiliana contribui para o desenvolvimento socioeconômico das cidades que margeiam à BR-153/SP. Mensalmente, a Concessionária faz o repasse para os 22 municípios lideiros do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN. O repasse segue a Lei Complementar nº 116 de 2003, que estabelece o pagamento do tributo aos municípios de rodovias pedagiadas. Todos os municípios os quais possuem território onde a rodovia

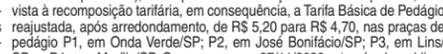
está inserida recebem o imposto sobre a arrecadação, independentemente da localização das praças de pedágio (Onda Verde, José Bonifácio, Lins e Vera Cruz). O valor é destinado à gestão municipal para que possa ser investido em saúde, educação e infraestrutura, por exemplo. **3. Prêmios e Certificações:** A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades lideiras, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços, recebe prêmios e reconhecimentos constantes. • Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza; • Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto "Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor". A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações; • Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Concessionária. • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020); • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público Interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018); • Certificada em 2018 pelo Great Place To Work (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar no Ranking Baur e Região. O GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida; • Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região; • Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo "Empresa Amiga" durante o evento "Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes". O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto a importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100; • Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto "Agentes de Proteção", desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMES), no Eixo Parcerias; • Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os casos "Gestão de Contratos: Eficácia e Economia"; "Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito" e "Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho" durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – IntellJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e dos Advogados e Prestadores de Serviços – FJDUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos; • Reconhecida, em 2019, com o selo "Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada" pela Inteligência Jurídica – IntellJur; • Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano, em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores; • Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme "Mundo Sem Porteira". Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores; • Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância "Agentes de Proteção". O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados; • Reconhecida, em 2020, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como a primeira colocada entre as cinco concessionárias federais mais bem avaliadas, no Índice de Desempenho Ambiental (IDA). A Agência analisou a evolução e o comprometimento socioambiental das concessionárias no setor de infraestrutura de transportes do país. O IDA avaliou 15 indicadores de desempenho socioambiental e 34 critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologia e boas práticas socioambientais inovadoras.

**3. Contexto Setorial – 3.1. Receitas e Mercados:** Em 26/11/2020, através da publicação no D.O.U. da Deliberação nº 476 de 24/11/2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 12ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2.699,50 para R\$ 2.721,75 e a 12ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2.721,75 para R\$ 2.403,46. O Reajuste indicou o percentual positivo de 3,27% (três inteiros e vinte e sete centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R\$ 5,20 para R\$ 4,70, nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP. Ocorre que, em 27/11/2020, através da publicação no D.O.U. da Deliberação nº 481 de 26/11/2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em virtude de determinação judicial constante nos autos da Ação Judicial nº 10658396-19.2020.4.013400 que deferiu o pedido de suspensão da redução tarifária suspendeu a aplicação da Deliberação nº 476, de 24/11/2020 (publicada em 26/11/2020) e, por conseguinte, a prática da Tarifa Básica de pedágio nela aprovada, tendo sido inclusive referendada pela Deliberação nº 02 de 22/01/2021 (publicada no D.O.U. em 26/01/2021), estando portanto, vigente, a Deliberação nº 989 de 12/11/2019, devidamente publicada no D.O.U. em 14/11/2019, da qual a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 11ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2.847,87 para R\$ 2.845,77 e a 11ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2.845,77 para R\$ 2.699,50. O Reajuste indicou o percentual positivo de 4,04% (quatro inteiros e quatro centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R\$ 5,22275 para R\$ 5,15044. Portanto, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, ficou em R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP. **3.2. Meios de Cobrança:** **Meios de Cobrança – mil Veículos Pagantes**

	2020	2019	Δ%
Manual	10.653	11.441	-6,9%
Automática	6.080	6.878	-11,6%
	4.573	4.563	0,2%

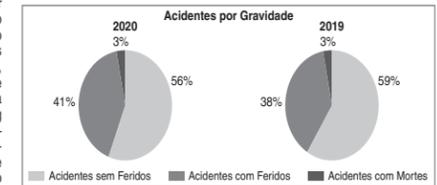
A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos – das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Auto Expresso e Veloe, nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou queda de 798 mil veículos (-11,6%), o tráfego das pistas automáticas, que apresentou um aumento de 10 mil veículos 0,2%.

**4. Indicadores Operacionais – 4.1. Caracterização do Tráfego: 4.1.1. Volume:** No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



O VDMA equivalente realizado ficou abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente em função da lenta retomada da economia e em decorrência da pandemia (Covid19), e visando a contenção da doença no país, vários estados e municípios brasileiros começaram a decretar Estado de Emergência e em 20/03/2020 foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional. Dentre as medidas implementadas pelos governantes, foi determinado em vários estados e municípios o fechamento de estabelecimentos comerciais e a recomendação do isolamento social. **4.2. Segurança do Tráfego: 4.2.1. Acidentes:** Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido,

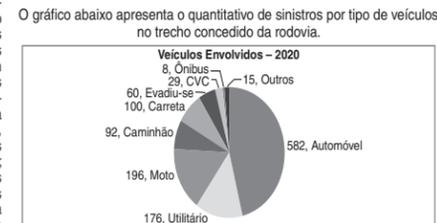
classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior. O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.



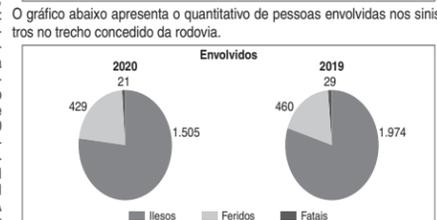
O gráfico abaixo apresenta o valor em percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos no trecho concedido da rodovia.



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de pessoas envolvidas nos sinistros no trecho concedido da rodovia.



**4.3. Dados de Operação da Concessão: 4.3.1. Veículos Alocados:** Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação em dezembro/2020. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

**Tipos de veículos alocados na concessão**

Categoria	Categoria de veículos									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>Eixos</b>	2	2	3	3	4	4	5	6	1	7
<b>Rodagem</b>	2	2	3	3	4	4	5	6	1	7
Praça 1 – Onda Verde (Km 35,800)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40
Praça 2 – José Bonifácio (Km 98,900)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40
Praça 3 – Lins (Km 183,800)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40
Praça 4 – Marília (Km 268,100)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40

**5. Desempenho Operacional – 5.1. Veículos Equivalentes Pedagiados:** Em 2020, foram pedagiados 23,6 milhões de veículos equivalentes, redução de 0,4% em relação a 2019. O tráfego foi impactado pela lenta recuperação econômica e principalmente pelo Covid 19.

**6. Desempenho Econômico-Financeiro – 6.1. Valor adicionado:** Em 2020, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 50,5M, aumento de 3,7% em relação a 2019, cujo valor adicionado foi de R\$ 48,7M. Esta variação deve-se principalmente a insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços/materiais) em 2020. **6.2. Receita Operacional:**

• **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2020 foi de R\$ 122M, o que representou uma redução de R\$ 0,5M em relação ao ano anterior, devido a pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. **Receitas Acessórias** – A Receitas Acessórias somaram R\$ 3,7M em 2020, aumento de R\$ 0,1M em relação a 2020, proveniente do recebimento do uso da faixa de domínio. **Receitas de Construção** – Foram apurados como receita de construção (IFRS) para 2020 e 2019 os valores de R\$ 17,2M e R\$ 24,3M, respectivamente sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

	2020	2019	Δ%
<b>Receita Líquida</b>	132.562	140.075	-5,4%
Receitas de Pedágio	122.491	122.988	-0,4%
Receitas Acessórias	3.700	3.558	4,0%
Receitas de Construção (IFRS)	17.219	24.288	-29,1%
Tributos incidentes	(10.848)	(10.759)	0,8%
<b>Receita Líquida Ajustado</b> <sup>1</sup>	115.343	115.787	-0,4%

	2020	2019	Δ%
<b>6.3. Custos e Despesas (RS – mil)</b>	121.532	130.252	-6,7%
<b>Custos e Despesas</b>	6.037	6.270	-3,7%
Custo de Contrato de concessão	631	1.185	-46,8%
Provisão de manutenção	17.219	24.288	-29,1%
Custo de Construção	34.461	36.373	-6,2%
Depreciação e Amortização	19.639	16.123	21,8%
Custo com pessoal	27.429	27.305	0,5%
Material, equipamentos e veículos	686	716	-4,2%
Outros	15.430	17.628	-12,5%
<b>Custos e Despesas Ajustados</b> <sup>1</sup>	69.852	69.227	0,9%

<sup>1</sup> Exclui Custo de Construção, Depreciação e Amortização

• **Custo de Contrato de concessão** – Redução de gastos relacionados ao uso da faixa de domínio. • **Serviços de terceiros** – Aumento com serviços relacionados a consultoria jurídica e terceirização dos gastos com manutenção do pavimento. • **Custos com pessoal** – Reajustes referentes ao acordo coletivo da categoria. • **Outros** – Redução referente gastos com material relacionados a conservação do pavimento e redução no contingenciamento civil e trabalhista.

Tipo de veículo	Quantidade	Quantidade/100km
Inspeção de Tráfego	5	1,55
Guincho Leve	8	2,49
Guincho Pesado	2	0,62
Plataforma Elevatória	1	0,31
Resgate	8	2,49
UTI	2	0,62
Apreensão de animais	1	0,31
Combate à Incêndios	1	0,31
Vigilância Patrimonial	1	0,31
<b>Total de veículos operacionais</b>	<b>29</b>	<b>9,02</b>
Administração Operações	1	0,31
Administração Tráfego	1	0,31
Administração Pedágio	1	0,31
Administração Faixa de Domínio	1	0,31
Manutenção Predial	1	0,31
Manutenção Eletroeletrônica	5	1,55
Conservação de Rotina	4	1,24
Apoio à Conservação Rotina	7	2,18
Veículo Administrativo	4	1,24
Veículo Engenharia	1	0,31
Veículo Obras	3	0,93
Roçada Mecânica	6	1,87
Manutenção Meio Ambiente	1	0,31
Veículo ANTT	2	0,62
Transporte Roçada	8	2,49
Veículo Meio Ambiente	1	0,31
Mini Retroscavadeira	1	0,31
Retroscavadeira	1	0,31
Mini carregadeira	1	0,31
Veículo Segurança do Trabalho	1	0,31
Veículo Diretoria	3	0,93
<b>Total de veículos de apoio</b>	<b>54</b>	<b>16,79</b>
<b>Total de veículos</b>	<b>83</b>	<b>25,81</b>

**4.3.2. Funcionários Alocados:** São apresentados na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2020. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

**Tipos de funcionários alocados na operação da concessão**

Tipo de Função	Quantidade	Quantidade/VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	0,42
Supervisor de Tráfego	1	0,42
Assistente de Operações	4	1,70
Inspetor de Tráfego	16	6,79
Operador de Guincho Leve	33	14,01
Operador de Guincho Pesado	10	4,25
Operador de Caminhão Boideiro	4	1,70
Operador de Caminhão Pipa	4	1,70
Operador de Guindauto	1	0,42
Auxiliar de Operações	7	2,97
Supervisor de Faixa de Domínio/CCO	1	0,42
Operador de CCO	9	3,82
Atendente de 0800	5	2,12
Médico	15	6,37
Enfermeiro	10	4,25
Socorrista	125	53,06
<b>Total de pessoal Operacional</b>	<b>246</b>	<b>104,43</b>
Supervisor de Arrecadação	1	0,42
Controlador de Pedágio	16	6,79
Agente de Pedágio	84	35,66
Auxiliar de serviços Gerais	4	1,70
<b>Total de Pessoal de Pedágio</b>	<b>105</b>	<b>44,57</b>
<b>Total</b>	<b>351</b>	<b>149,01</b>

**4.4. Aspectos Financeiros: 4.4.1. Receitas (em R\$ mil):** A seguir apresentamos a receita da concessionária em 2020 e o valor da receita acumulada desde o início

... continuação

A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 6,1M, superior o saldo de 2019 que foi de R\$ 2,0M. O saldo da dívida bruta em dezembro/2020 é de R\$ 140,2M, uma redução de R\$ 14,7M em relação ao saldo de dezembro/2019 motivada pela amortização dos financiamentos. A dívida está concentrada no longo prazo onde temos 73,1% do total.

**6.6. Principais Investimentos**

Investimentos – R\$ milhões	2020	Acumulado
Recuperação e Manutenção da Rodovia	4.306	535.624
Manutenção da Infraestrutura Operacional	834	45.254
Obras e Melhoramentos	12.080	158.051

**6.7. Concessionária em números**

Tabela – Rodovias   Dados anuais																		
Quilômetros da rodovia	Km 321,6																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total						
Número de veículos que transitaram	Categoria	6.500	620	850	844	69.213	679.674	8.173	452.144	330.674	1.112.225	330.577	145.018	3.137	170.445	104	10.652	848
Número de praças de pedágios		São quatro praças de Pedágio em operação, P1 Km 35+800, P2 Km 98+900, P3 Km 183+800 e P4 Km 268+100.																
Tarifa		Motocicletas, Motonetas e Bicicletas Motorizadas R\$ 2,60; Automóvel, Caminhonete e Furgão R\$ 5,20; Automóvel com Semi-reboque e Caminhoneta com Semi-Reboque R\$ 7,80; Caminhão leve, Ônibus, Caminhão-Trator e Furgão R\$ 10,40; Automóvel com reboque e Caminhoneta com reboque R\$ 10,40; Caminhão, Caminhão-Trator, Caminhão-Trator com Semi-Reboque e Ônibus R\$ 15,60; Caminhão com Reboque, Caminhão-Trator com Semi-Reboque R\$ 20,80; Caminhão com Reboque, Caminhão-Trator com Semi-Reboque R\$ 26,00 e Caminhão com Reboque, Caminhão-Trator com Semi-Reboque R\$ 31,20.																
Número de quilômetros mantidos		Km 321,6.																
Transito Médio Diário Equivalente		Não se aplica.																
Trânsito Médio Anual Equivalente		64.361																
Equipes utilizadas pelo concessionário		1.963.005																
Índice de qualidade de estrada		7 Bases Operacionais, 122 Câmeras de monitoramento, 2 Estação meteorológica, 7 Guinchos leves, 2 Guinchos pesados, 4 Painéis de mensagens fixo, 5 Painéis de mensagens móvel, 2 UTI – Móvel, 7 Ambulância simples e 5 Viaturas de Inspeção.																
Receita de Pedágio		Não se aplica.																
Custos associados às receitas de pedágio		122.491																

**Fator Trabalho**

	Administrativo	Operação	Conservação
Número de Trabalhadores	71	351	257
Despesas de Pessoal	9.340	11.124	15.098

**Fator Capital**

Despesas de Depreciação/Amortização	193.589	O método de Depreciação é a Taxa fiscal. Para a amortização, é a curva de trafego respeitando o prazo de concessão da rodovia.
Ativo Líquido	560.785	
Ativo Bruto	754.374	

Série Histórica dos Investimentos	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
		124.470	23.325	16.321	53.499	62.180	109.431	90.884	97.102	47.693	34.143	51.298	26.144	17.886

**Fatores Intermediários**

Despesas em Administração	3.764
Despesas em Manutenção	686
Outras Despesas	3.803

**Seguridade**

Quantidade de acidentes	Acidentes por Gravidade	Quantidade
Acidentes com Mortes		20
Acidentes com Feridos		296
Acidentes sem Feridos		412
<b>Total</b>		<b>728</b>

**Indicadores**

Receita por veículo	11,50
Custo por veículo	8,98

**6.8. Balanço Social**

**Balanço Social**

Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em mil)

1 – Base de cálculo	2020 – Valor	2019 – Valor
Faturamento bruto	143.410	150.834
Receita líquida (RL)	132.562	140.075
Resultado operacional (RO)	11.030	9.823
Folha de pagamento bruta (FPB)	43.980	39.573
Folha de pagamento bruta – Total remunerações	27.429	27.305
Folha de pagamento bruta – Total pago a empresas prestadoras de serviços	16.551	12.268

**4 – Indicadores ambientais**

Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária: Investimentos em programas e/ou projetos externos: Total de investimentos em meio ambiente

	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
( ) Não possui metas	304	0,7%	0,2%	597	1,5%	0,4%
( ) Cumpre de 0 a 50%	87	0,2%	0,1%	180	0,5%	0,1%
( ) Cumpre de 50 a 70%	391	1%	0,3%	777	2%	0,6%
(X) Cumpre de 75 a 100%	( )			( )		

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

**Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

Investimentos – R\$ milhões	2020	Acumulado
Outros	666	15.447
<b>Total</b>	<b>17.886</b>	<b>754.376</b>

Desde o início da concessão, em 2008, a Concessionária trabalha para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia através de serviços de recuperação, manutenção, conservação, execução de obras e uma ampla estrutura de atendimento ao usuário. Serviços de fresagem e recomposição, reparos profundos, micro revestimento asfáltico à frio, sinalização vertical e horizontal, além de duplicações de trechos importantes nos municípios de Ourinhos, Marília e São José do Rio Preto, aproximadamente R\$ 754 milhões de investimentos realizados nos treze primeiros anos da Companhia.

**5 – Indicadores do corpo funcional**

	2020	2019
Nº de colaboradores no final do período	410	421
Tempo de serviço	11% até seis meses	12% até seis meses
	8% de seis meses a um ano	6% de seis meses a um ano
	15% entre um e dois anos	15% entre um e dois anos
	40% entre dois e cinco anos	37% entre dois e cinco anos
	26% mais de cinco anos	30% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	90	81
Nº de demissões durante o período	98	74
Nº de estagiários (as)	1	2
Nº de colaboradores terceirizados	224	244
Nº de colaboradores com até 18 anos	6	3
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	71	49
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	265	288
Nº de colaboradores acima de 45 anos	68	81
Nº de mulheres que trabalham na concessionária	164	160
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	25%	25%
Remuneração paga a mulheres no período	4.179	3.920
Nº de negros (as) que trabalham na concessionária	24	25
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	13	13
Total de horas extras trabalhadas	17.888	21.856
Total de horas extras pagas	17.888	21.856
Total de INSS pagos	3.006	4.341
Total de FGTS pagos	912	1.106
Total de contribuição sindical paga	-	-
Total dos demais encargos sociais pagos	-	-
Total de ICMS recolhido no período	-	-
Total de IR recolhido no período	998	1.004
Total de CSLL recolhida no período	377	405
Total de PIS recolhida no período	833	799
Total de COFINS recolhida no período	3.846	3.690
Total de outros tributos recolhidos no período (ISSQN)	5.993	5.957

**6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial**

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária

	2020	2019
Número total de acidentes de trabalho	14,26	14,26
	40	36

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) direção e gerenciais

( ) todos os colaboradores ( ) todos os colaboradores (X) todos os colaboradores

( ) direção e gerenciais ( ) direção e gerenciais (X) todos + CIPA

( ) todos os colaboradores ( ) todos os colaboradores (X) não se envolve

(X) todos + CIPA (X) todos + CIPA (X) segue as normas da OIT

( ) não se envolve ( ) não se envolve (X) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

(X) direção e gerenciais (X) direção e gerenciais

( ) não são considerados ( ) não são considerados (X) são exigidos

( ) são sugeridos ( ) são sugeridos (X) não se envolve

(X) não se envolve (X) não se envolve ( ) apoia

( ) apoia (X) organiza e incentiva (X) organiza e incentiva

(X) organiza e incentiva (X) segue as normas da OIT (X) segue as normas da OIT

( ) segue as normas da OIT ( ) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

( ) incentiva as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT

	2020	2019
Nº de colaboradores no final do período	410	421
Tempo de serviço	11% até seis meses	12% até seis meses
	8% de seis meses a um ano	6% de seis meses a um ano
	15% entre um e dois anos	15% entre um e dois anos
	40% entre dois e cinco anos	37% entre dois e cinco anos
	26% mais de cinco anos	30% mais de cinco anos

	2020	2019
Nº de admissões durante o período	90	81
Nº de demissões durante o período	98	74
Nº de estagiários (as)	1	2
Nº de colaboradores terceirizados	224	244
Nº de colaboradores com até 18 anos	6	3
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	71	49
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	265	288
Nº de colaboradores acima de 45 anos	68	81
Nº de mulheres que trabalham na concessionária	164	160
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	25%	25%
Remuneração paga a mulheres no período	4.179	3.920
Nº de negros (as) que trabalham na concessionária	24	25
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	13	13
Total de horas extras trabalhadas	17.888	21.856
Total de horas extras pagas	17.888	21.856
Total de INSS pagos	3.006	4.341
Total de FGTS pagos	912	1.106
Total de contribuição sindical paga	-	-
Total dos demais encargos sociais pagos	-	-
Total de ICMS recolhido no período	-	-
Total de IR recolhido no período	998	1.004
Total de CSLL recolhida no período	377	405
Total de PIS recolhida no período	833	799
Total de COFINS recolhida no período	3.846	3.690



# Publicidade Legal

... continuação

	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>	<b>271</b>	<b>539</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>271</b>	<b>539</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(9.870)</b>	<b>(14.299)</b>
<b>Juros sobre empréstimos e financiamentos</b>	<b>(9.870)</b>	<b>(14.299)</b>
<b>Outras</b>	<b>(2.776)</b>	<b>(3.954)</b>
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(12.646)</b>	<b>(18.253)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(12.375)</b>	<b>(17.714)</b>

**17. Resultado financeiro líquido** – As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31/12/2020 e 2019 foram:

	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>	<b>271</b>	<b>539</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>271</b>	<b>539</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(9.870)</b>	<b>(14.299)</b>
<b>Juros sobre empréstimos e financiamentos</b>	<b>(9.870)</b>	<b>(14.299)</b>
<b>Outras</b>	<b>(2.776)</b>	<b>(3.954)</b>
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(12.646)</b>	<b>(18.253)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(12.375)</b>	<b>(17.714)</b>

**18. Instrumentos financeiros** – A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31/12/2020 e em 31/12/2019 não há saldo de ativos financeiros a valor justo. **Recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determinados que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31/12/2020 e em 31/12/2019, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes. (ii) Passivos financeiros: Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros designados ao valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*). O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando: > A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descausamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes; > Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos. Em 31/12/2020 e em 31/12/2019 não há saldos desta categoria reconhecidos na Companhia. **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado

no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31/12/2020 e em 31/12/2019, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos. a) **Classificação contábil e valores justos:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31/12/2020 e em 31/12/2019. b) **Mensuração do valor justo:** Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31/12/2020. c) **Gestão dos riscos financeiros:** A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • **Risco de liquidez:** • **Risco de mercado:** e • **Risco de crédito.** **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. i) **Risco de liquidez:** A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Cronograma de amortização da dívida: A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	12 meses ou mais	Total
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	10.667	35.259	116.948	162.874
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>	6.167	18.500	8.794	33.461
<b>Total</b>	<b>16.834</b>	<b>53.759</b>	<b>125.742</b>	<b>196.335</b>

ii) **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31/12/2020 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado. Risco de taxa de juros: Risco de taxa de juros é o risco de que a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). **Perfil:** Na data das informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia era: ' O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Risco de preço e valor de mercado:** A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro. iii) **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de que a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito. d) **Análise de sensibilidade:** Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI – Certificado de Depósito Interbancário e TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, principal exposição de risco de mercado da Companhia. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos

## Relatório do Auditor Independente

sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o probador de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Econômico e Social em 31/12/2020. Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e TJLP, foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III). • **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir: Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – apreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2020	Risco	Taxa de juros efetiva	Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Empréstimos e financiamentos	15.137	Aumento CDI	1,90	1,90	2,88	2,38	360	2,85	431
Empréstimos e financiamentos	123.296	Aumento TJLP	4,55	4,55	5,610	5,69	7.012	6,82	8.415

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado a essas aplicações não são materiais nas informações financeiras em 31/12/2020. e) **Gestão do capital social:** O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. **19. Cobertura de seguros** – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2020, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura – R\$
Responsabilidade civil	Mai/2020 a maio/2021	10.000
Engenharia	Agosto/2020 a setembro/2021	15.411
Operacionais	Mai/2020 a maio/2021	47.735

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais). **20. Benefícios a empregados** – Em 06/01/2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev., cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas. A Transbrasiliana aderiu ao Plano de Previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no exercício findo em 31/12/2020 e 2019 totalizaram R\$ 365 e R\$ 349, respectivamente. **21. Remuneração dos diretores** – A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

	2020	2019
Pro-labore	1.238	1.106
Encargos sociais	247	350
Benefícios diretos e indiretos	204	160
Participação nos resultados	1.689	2.198
<b>Total</b>	<b>3.378</b>	<b>3.814</b>

**22. Aspectos ambientais** – A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **23. Risco regulatório** – A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na nota explicativa nº 19. **24. Compromissos vinculados a contratos de concessão** – a) **Decorrentes da verba de fiscalização:** Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R\$3.541, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31/12/2020, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2021	3.541
2022	3.541

Conselho da Administração			Contador	
Carlo Alberto Bottarelli	João Villar Garcia	Roberto Solheid da Costa de Carvalho	Sandro Henrique Boni	CRC 1SP 224.261/O-1
Diretoria				
Marcos Paulo Fernandes Pereira – Diretor Presidente		Rodrigo Moreira Martins Barboza – Diretor de Engenharia e Operações		
Adriano Freire de Brito – Diretor Administrativo – Financeiro e Relações com Investidores				

São Paulo, 25 de março de 2021.

<b>BDO</b>	<b>BDO RCS Auditores Independentes SS</b>	<b>Eduardo Afonso de Vasconcelos Contador</b>
CRC 2SP 013.846/O-1	CRC 1SP 166.001/O-1	

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa  
Faça um orçamento conosco e conheça as vantagens de publicar aqui  
[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

## Negócios

### A nova briga entre Itaú e XP se concentra nos cartões



Na terça-feira, 23, Guilherme Benchimol, fundador e CEO da XP, deu início a mais uma briga contra os bancos tradicionais ao postar em seu perfil no LinkedIn uma crítica às altas taxas de juros cobradas em cartões. O post foi uma forma de divulgar o novo cartão que está sendo lançado pela empresa e cumpriu bem o propósito de causar repercussão. Ao criticar os concorrentes, no entanto, incomodou e suscitou comentários contrários de executivos de empresas graúdas, inclusive do banco Itaú. As provocações marcam mais um capítulo da briga entre XP e Itaú.

Com o título “Corte a relação com o seu banco”, Benchimol afirmou que “além de cobrar anuidade e tarifas exorbitantes”, é preciso “gastar R\$82.500 no cartão de crédito do seu banco, para receber um prêmio de 30 mil milhas” nos programas de pontos. Depois, o post provocou o leitor a imaginar “gastar os mesmos R\$82.500 e receber 1% de volta direto na sua conta. Você receberá R\$825”.

Após o post de Benchimol, Carlos Formigari, diretor executivo do Itaú Unibanco, disse na mesma rede social que a “desinformação é um dos grandes problemas atuais e chegou ao segmento de cartões” e que precisa

“corrigir os equívocos publicados por um de nossos concorrentes sobre os benefícios associados” aos cartões, enquanto defendeu os produtos do Itaú, citando os programas de fidelidade e as diversas formas de trocar vantagens.

Essa não é a primeira vez que os dois gigantes brigam em público. Em 2019, em uma mudança de posicionamento, o banco Itaú divulgou uma propaganda em que atacava diretamente as corretoras, acusando os seus analistas de indicarem produtos atrelados a ganhos com comissões — no que foi visto com certa curiosidade, já que o banco era um grande acionista da XP.

### Toyota vai suspender produção no Brasil a partir desta segunda-feira com agravamento da pandemia

A Toyota informou nesta quinta-feira (25) que vai suspender a produção de veículos no Brasil a partir da próxima segunda-feira, após medidas de isolamento social tomadas por governos municipais.

A companhia afirmou que tomou a decisão em conjunto com sindicatos de trabalhadores das fábricas paulistas localizadas em São Bernardo do Campo, Sorocaba, Porto Feliz e Indaiatuba.

“A medida tem como objetivo contribuir com a redução de circulação de pessoas no momento mais crítico da pandemia no país, além de atender a antecipação de feriados por parte de autoridades em algumas dessas regiões”, afirmou a companhia em comunicado.

O retorno ao trabalho nas fábricas de São Bernardo do Campo, Sorocaba e Porto Feliz ocorrerá em 5 de abril e em Indaiatuba no dia seguinte.

A Toyota tem 5.600 funcionários no Brasil.

Com o agravamento da pandemia, várias montadoras têm paralisado as suas atividades. Nesta quinta-feira (25), a Nissan do Brasil também informou que vai suspender a sua produção. Antes, Volkswagen e Mercedes-Benz anunciaram interrupção das linhas de montagem por conta da Covid-19.<sup>GI</sup>



### O Big saiu barato. É o que diz o CEO do Carrefour Brasil



Na madrugada desta quarta-feira, 24 de março, a divulgação da compra do Big (antigo Walmart) pelo Carrefour surpreendeu o mercado. Não apenas pelo valor envolvido, de R\$ 7,5 bilhões, mas também pelos potenciais efeitos no setor, em especial, sobre o Pão de Açúcar, maior rival da rede francesa no País.

Apesar da surpresa, as negociações não aconteceram da noite para o dia. E sim a partir do segundo semestre de 2020, quando Advent e Walmart, sócios no Big, começaram a avaliar, em paralelo, duas opções de saída da operação: a venda para um sócio estratégico ou uma abertura de capital, cujo protocolo foi registrado na B3 em outubro do ano passado.

“A decisão de vender o negócio partiu deles”, afirmou Noël Prioux, CEO do Carrefour no Brasil, em conferência com jornalistas, neste manhã. “Mas, desde o início, o Carrefour manifestou seu interesse em comprar a operação.”

Com a negociação selada, os executivos do Carrefour destacaram um ponto específico no acordo. “Na nossa percepção, o preço da transação foi muito atrativo”, afirmou Sébastien Durchon, vice-presidente de finanças e diretor de relações com investidores da varejista francesa no Brasil.

Além da complementaridade geográfica e do acesso a marcas fortes e a diferentes formatos de varejo, uma conta ajuda a explicar o sal-

do positivo dessa equação. Ao incorporar as 387 lojas do Big, o Carrefour pagou, na prática, R\$ 19,3 milhões por cada unidade da rede.

Caso optasse por investir em uma expansão orgânica, o desembolso seria muito maior do que o que foi realizado na aquisição. “Hoje, em média, a abertura de uma loja custa mais de R\$ 50 milhões. E isso sem contar o preço do terreno”, disse Prioux.

Outro componente ressaltado foi o ativo imobiliário do Big, avaliado por uma auditoria externa em R\$ 7 bilhões e cujas sinergias não estão incluídas na estimativa de ganhos conjuntos de R\$ 1,7 bilhão três anos após a conclusão da operação.

Neofeed